



ATA N.º 51/XI-4º/2016-17

1 – Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Salão do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro (Casa Amarela), sito na av.^a Prof. Ruy Luís Gomes, nº 2, no Laranjeiro, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de novembro/dezembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia

.....

3.5 – Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal;

(Continuação)

3.6 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

- 3.6.1 - “Opções do Plano do Município para 2017”
- 3.6.2 – “Orçamento do Município para 2017”
- 3.6.3 – “Mapa de Pessoal do Município para 2017”
- 3.6.4 – “Opções do Plano dos SMAS para 2017”
- 3.6.5 – “Orçamento dos SMAS para 2017”
- 3.6.6 – “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2017”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Ponderação de Discussão Pública do Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica”

2 – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.



4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7099/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
- A Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Sr. Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência nos dias 28 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, com ausência nos dias 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo V**).
- O Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7198/XI-4º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7180/XI-4º), (**Conforme Anexo VII**).
- A Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7194/XI-4º), (**Conforme Anexo VIII**).
- A Sr.ª Ana Catarina Ribas Lopes, com ausência no dia 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7202/XI-4º), (**Conforme Anexo IX**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII, XIII e XIV**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro – PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica



- Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa e da cidadã Sr.^a Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XV, XVI, XVII e XVIII**).
- A Candidata Senhora Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, da eleita Sr.^a Eva Sofia Borges de Araújo Gomes e por impedimento do cidadão Sr. Joaquim Machado Duarte, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIX e XX**).
 - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, do eleito Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).
 - O Candidato Senhor Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII**).
 - A Candidata Senhora Luísa Maria Freire Galvão, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, da eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento da cidadã Sr.^a Rita Margarida Cardoso Vieira, do cidadão Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto e do cidadão Sr. Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXIII, XXIV, XXV e XXVI**).
 - A Candidata Senhora Lina Cristina de Matos Gonzalez, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 30 de novembro de 2016, da eleita Sr.^a Ana Catarina Ribas Lopes e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro e da cidadã Sr.^a Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXVII, XXVIII e XXIX**).
- 4.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta da Deputada Municipal Alexandra Branco Ralo Barata Correia.
- 4.4** – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.^{os} 47/XI-3^o/2015-16 e 48/XI-3^o/2015-16 e das Minutas das Atas N.^{os} 47/XI-3^o/2015-16 e 48/XI-3^o/2015-16, anteriormente distribuídas, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, nos termos do n^o 3, do artigo 34^o do Código do Procedimento Administrativo.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 5.1** – Usou da palavra o Município Exm.^o Senhor José Carlos Bairrada Pires, residente em Almada.
- 5.1.1** - O Município Exm.^o Senhor José Carlos Bairrada Pires:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Agradeço já à Presidência e aos membros da Assembleia a possibilidade de vir aqui colocar a minha questão. Chamo-me José Carlos, moro no Laranjeiro e a questão que eu quero colocar é a seguinte, eu vim morar para o Laranjeiro em 1999, para a rua Palmira Bastos, onde havia uma situação provisória que era, a rua a meio urbanizaram e deixaram lá um morro, e deixaram lá pessoas a viver em cima do morro. Isto é uma situação há 17 anos. Como a situação não foi resolvida, com as chuvas há 3 anos o morro começou a cair. A Proteção Civil esteve lá e deu instruções para resolver aquela situação, porque o morro podia cair e podia pôr em questão a solidez do prédio que estava ao lado. Não resolveram o



problema, deixaram mais este problema. A Câmara agora acabou de resolver o problema, o que é que fez? Pôs 15 mil euros em cima do problema, não resolveram o problema, aquilo ameaçava ruir o prédio, portanto deitaram 15 mil euros em cima daquele assunto para resolver. Agora quando aquilo for urbanizado vão gastar 15 mil euros para resolver o resto do assunto. E a minha questão é a seguinte, porque é que a Câmara em 5 Mandatos não consegue resolver um problema daqueles, uma coisa tão simples. Quando eu fui para lá morar diziam, isto é provisório, isto está quase a ser resolvido. É questão só de realojar as pessoas que estão lá em cima. E as pessoas estão lá há 17 anos a morar no morro, agora o morro ameaça cair, metem dinheiro em cima do problema, não resolvem o problema. Porque é que urbanizaram aquilo? Aquilo não tinha condições para ser urbanizado. É a minha questão.

Outro assunto. As Ciclovias. A Câmara de Almada já investiu muito em ciclovias, eu ando de bicicleta e deparo-me com um assunto. Na Trafaria está uma ciclovia que é utilizada para estacionar barcos. Então faziam um estacionamento para barcos e está lá a ciclovia com os barcos estacionados. Quer dizer é um investimento que está ali para estacionar barcos. Era a questão que queria colocar. Muito obrigado por me deixarem intervir, muito boa noite a todos.”

5.2 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Ruben Ferreira, residente na Charneca de Caparica.

5.2.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Ruben Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Ruben Ferreira, sou morador na avenida Álvares Cabral e venho falar em representação do grupo de moradores da avenida Pedro Álvares Cabral, acompanhado por um grupo de moradores. O primeiro propósito do mesmo é em nome de todos os moradores dar conhecimento e agradecer ao Sr. Presidente o cumprimento da promessa feita na última Assembleia Municipal, da colocação da chamada rega asfáltica na nossa avenida, Sr. Presidente, o nosso sincero obrigado, confirmamos a execução da obra e já todos constatámos de imediato a diferença e qualidade de vida que essa intervenção nos deu a nós moradores. Exemplificando, já podemos ter algumas janelas abertas, circulando pela avenida sem ter que respirar aquele pó que se levanta ora com a passagem do veículo, ora com o próprio vento, e saliento apenas que este aspeto do pó por ser o que mais impacto tem no nosso dia a dia. Sr. Presidente, vimos agradecer, mas também vimos dizer que a intervenção na avenida não terminou aqui. A rega asfáltica foi só o início, não o fim. A rega asfáltica apenas foi colocada para melhorar, como melhorou no imediato a nossa qualidade de vida, melhorou também a circulação viária numa via sem buracos, sem pó, sem lama, mas este não é de todo o resultado final que nós moradores desejamos. Portanto, vimos também aqui hoje muito respeitosamente reivindicar que se acabem todas as infraestruturas da avenida Pedro Álvares Cabral e os estudos, que se lancem os concursos para que a obra nasça. Porque o que nós queremos é um tapete em asfalto igualzinho ao que os outros habitantes deste belo Concelho de Almada têm. Apenas isto Sr. Presidente. Mas enquanto isso não acontece há situações que nos preocupam e que urge resolver. Constatamos agora que na nossa avenida não existe qualquer tipo de sinalização. O aumento da circulação rodoviária que aconteceu pelo facto da Pedro Álvares Cabral começar a ser alternativa à avenida do Mar torna-se pois



urgente colmatar com caráter de urgência esta lacuna. Colocação de sinais de limite de velocidade bem como a colocação de sinais indicadores de prioridade e quatro sinais verticais de stop, sugestão nossa, nos principais cruzamentos desta avenida, a saber com a avenida António Pedro, com a avenida D. Afonso Henriques, rua Amadeu de Sousa Cardoso e a avenida Infante Santo. De igual modo constatamos que à data uma das ruas adjacentes à rua Pedro Álvares Cabral, relembro fazendo aqui este parêntesis, a Pedro Álvares Cabral é ponto de acesso único de 33 artérias entre ruas, praças e travessas, cujo acesso repetido é feito única e exclusivamente pela Pedro Álvares Cabral e concretamente a travessa dos Açores que até à data não tem nem nunca teve qualquer iluminação pública. Deixamos aqui também esta nota que achamos relevante.

Finalizando então o assunto da rega asfáltica aplicada, gostaríamos apenas de frisar também que num ou noutro ponto de intervenção em casos muito pontuais, junto por exemplo à superfície comercial Aldi, onde já se nota algum desgaste ou pela quantidade aplicada, não foi a adequada ou apropriada e que hoje já começam a aparecer alguns buracos, mas amanhã poderão ser algumas crateras com danos a veículos e conseqüentemente o degradar da via pública e isso nós moradores não queremos mais, pelo que solicitamos obviamente que seja objeto de rápida intervenção.

Sr. Presidente, já na última Assembleia trouxemos o tema do lixo urbano e o lixo deixado pelas empresas de jardinagem e não só, bem como a sua acumulação em redor dos contentores existentes, quer na nossa avenida, quer nas ruas adjacentes. Sr. Presidente, urge tomar medidas porque o problema agrava-se de dia para dia. Neste momento como está a situação, não pode continuar o acumular de detritos, começa a atrair pragas de insetos, rastejantes, voadores, animais domésticos que são abandonados no local, infelizmente e que se alimentam de todo aquele lixo depositado na via pública em redor dos contentores.

Excelentíssimos Senhores e minhas Senhoras ou se toma medidas imediatas ou iremos todos lamentar um gravíssimo problema de saúde pública muito em breve. Assim Sr. Presidente, vimos uma vez mais propor que seja implementada na zona da Aroeira a recolha de lixo porta a porta, que sejam eliminados os atuais contentores, bem como todas as zonas de depósitos existentes. cremos que é a melhor solução e acabando com os contentores na rua eventualmente também acabamos com o convite aos prevaricadores. Esta solução que nos parece obviamente a mais higiénica de todas até se torna de fácil implementação, uma vez que temos diversos relatos de moradores que no decurso dos processos de legalização das suas Augis na avenida Pedro Álvares Cabral, foram obrigados a pagar pela Câmara Municipal um contentor individual por cada lote. Portanto, se há lotes que já pagaram contentores individuais à Câmara Municipal, torna-se mais simples seguramente a implementação desta medida que inclusivamente já está em prática em 3 zonas vizinhas da nossa Freguesia, Marisol, Quintinhas e Pinheirinho. Em suma, desejamos que seja alargada à nossa zona o que já está em uso em áreas limítrofes da nossa e com os ganhos de salubridade que todos reconhecem.

Por fim Sr. Presidente, em sumula vimos aqui lançar-lhe também um repto, tem sido dito publicamente por parte da Câmara Municipal o desejo de maior participação da comunidade na ação e na intervenção



deste Concelho. Pois bem, estamos cá para responder à chamada e desejaríamos iniciar com a Câmara Municipal uma maior colaboração, quiçá uma espécie de projeto piloto, informal, como a Comissão também informal de moradores na requalificação total da nossa avenida, das pracetas adjacentes e das respetivas ruas, com pavimentação definitiva, as quotas soleiras dos muros, a ligação à rede de águas e esgotos que em alguns locais da avenida Pedro Álvares Cabral ainda não existe ou também como referi anteriormente a recolha do lixo porta a porta, a sinalização e o controlo de velocidade na avenida.

Sr. Presidente esperamos que a Câmara Municipal de Almada aceite a nossa boa vontade, o nosso trabalho, a nossa dedicação e principalmente o nosso entusiasmo, apenas com o propósito do bem comum de toda a nossa comunidade.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedia ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins que em relação à questão do morro pudesse dizer alguma coisa, depois já diria também sobre as questões relacionadas com a Aroeira.”

5.3.2 – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma nota então sobre a questão do morro, acompanhei esta situação no âmbito da Proteção Civil numa ação de emergência que houve necessidade de fazer de contenção daquelas terras que ameaçavam cair para cima do prédio que ali existe. Aquilo efetivamente é uma urbanização que ficou parada e que o urbanizador não deu continuidade, ou seja, o morro que estamos a referir é supostamente a continuidade da rua Palmira Basto que fica ali travada por aquele morro e que é da responsabilidade do urbanizador desmanchá-lo, retirar as casas que lá estão, realojar as pessoas, etc., etc.. Tem havido vários contatos, eventualmente a Sr.^a Vereadora Amélia conhecerá melhor, mas tem havido vários contatos com o proprietário ou os proprietários porque também o problema é que não é um único proprietário ao longo dos anos, mas nunca se conseguiu que dali saísse uma solução mais definitiva e que nos tem obrigado a fazer obras só de emergência para evitar que o pior aconteça. Ou seja, já foi demolida uma habitação que estava em risco de ruína mesmo na zona mais limite daquele morro, já foram interditadas zonas, já foi colocado um muro de gabiões, os tais 15 mil euros, são 15 mil euros municipais que são colocados num terreno porque o urbanizador não avança com aquilo com que se comprometeu inicialmente que era dar continuidade de uma urbanização que iniciou.”

5.3.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão do morro leva-nos a outras questões, designadamente outra que foi levantada aqui ontem, que tem a ver com os problemas que subsistem na nossa malha urbana e em que existem, vamos



chamar-lhes assim, não conformidades urbanísticas, é uma forma técnica e de grande abrangência, mas tem que haver um limite que do ponto de vista legislativo não é fácil gerir, que é qual é o momento em que essa desconformidade põe em risco terceiros. E o que são os instrumentos que os municípios têm para intervir em propriedade privada, isto é intervir em propriedade privada expropriando, assumindo a responsabilidade e os custos da obra que realiza e depois imputando esses custos ao dito proprietário. Sendo que ainda por vezes essas desconformidades se cruzam com soluções urbanísticas que foram encontradas na altura na busca de consenso com os proprietários, mas quando surgem estas coisas se revelam quase verdadeiros nós cegos para se conseguirem resolver, porque interferem com direitos próprios que ficam estabelecidos e consensualizados nesse momento. Mas há aqui um limite, se há riscos para terceiros e nós fizemos uma proposta que devem ter visto. A nossa opinião é que isso deve passar para a Proteção Civil e a atuação é a Proteção Civil e depois logo se vê se paga e como é que se paga e como é que se age junto do proprietário, mas tem que haver aqui um limite aos direitos da propriedade privada, porque não é fácil isto, é preciso percebermos que não é fácil. Porque é sempre possível dizer, vocês foram lá intervir, mas eu acho que tenho um parecer técnico que diz que não havia risco ou que a coisa ainda não estava no ponto em que vocês disseram. E aqui temos que ter a coragem política de intervir, é preciso dizer assim, e intervir quando os serviços ou o parecer dos técnicos aponta para que pode haver risco para terceiros. E se a situação do morro for essa digo-lhe a minha disposição e com certeza o coletivo da Câmara é para intervir para mandar o morro abaixo, mas é preciso saber o que é que se faz às pessoas que lá estão em cima e que naturalmente contamos consigo e com os outros moradores para nos ajudarem a encontrar a solução, como sempre estarão ao nosso lado para que haja algo com o qual todos nos sintamos confortáveis e a segurança das pessoas esteja garantida.

A questão do morro é o que neste momento lhe posso dizer, é uma matéria que não é completamente inédita, pelo menos para mim, já tinha sido colocada, agradeço o ter vindo aqui novamente chamar atenção sobre a não evolução e sobre a situação atual, mas com certeza com os serviços iremos voltar ao local, iremos reanalisar esse processo.

Em relação à Ciclovía da Trafaria onde há estacionamento de barcos, é uma coisa, enfim, estacionamento de carros nós já tínhamos conhecimento de abundantes violações dessa natureza, em relação à questão dos barcos da Trafaria, designadamente em relação à praia, há um projeto de intervenção. Está aí a Sr.^a Presidente da Junta da União das Freguesias da Caparica e Trafaria e com a Administração do Porto de Lisboa acreditamos que podemos vir a encontrar aí alguma solução que melhore alguma coisa nessa área. Mas a questão da Ciclovía da Trafaria/Costa da Caparica é um problema que temos que resolver, é um problema de outra dimensão e que exige com certeza aí um esforço maior de regularização em todos os momentos do ano, alguns momentos mais exigentes como na época balnear, mas é um problema que nós conhecemos também. Conhecer os problemas não é resolve-los, temos é que ir resolvendo aquilo que está ao nosso alcance, e foi aquilo que se fez com a Aroeira e temos a consciência que não se resolveram todos os problemas, aliás tivemos ocasião de o



dizer, é necessário fazer o percurso e saudamos com certeza com muito apreço o facto de os moradores estarem organizados, manifestarem essa disposição, apontarem as suas insuficiências porque melhor do que as pessoas que estão no local e a viver no local têm condições para dizer o que está mal e o que está bem e para dizer aquilo que é possível fazer melhor, porque eles são os primeiros interessados em que as condições no seu bairro sejam com certeza as melhores.

A questão da recolha porta a porta, é qualquer coisa que se pode ver, já disse aliás que em três áreas junto na mesma zona já se faziam, mas eu sobretudo para além das questões em si, das várias questões que levantaram sublinhava esta disponibilidade de participação que nós naturalmente iremos acompanhar, iremos com certeza reunir convosco, apurar fazer um plano de trabalho e iremos intervir. Existe uma verba, existe alguma possibilidade para apoiar projetos dessa natureza, projetos desenvolvidos por coletivos de moradores e será mais fácil resolvermos os problemas da Aroeira convosco, tendo em conta o passado, tendo em conta tudo aquilo que está para trás, mas estamos todos numa perspetiva positiva de resolver o problema. Muito obrigado por essa disponibilidade da vossa parte.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a continuação da apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XVI, da Ata Nº 50/XI-4º**).

6.1.1 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, António Pedro Maco, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na continuação da apreciação da Atividade Municipal, queria começar por saudar o trabalho desenvolvido no período em análise e chamava atenção, primeiro começaria por relevar coisas que me parecem muito importantes, seguramente que não vou abordar todos os eixos, todas as linhas, mas suscitou-me a partir da intervenção ontem do Sr. Deputado Pedro Oliveira sobre as questões do parque habitacional do município que foi objeto de uma visita da nossa Comissão acompanhada pelo Sr. Vereador e por técnicos da Câmara. Dizer que efetivamente o trabalho que aqui vem plasmado, que aqui vem referido, feito neste trimestre é um trabalho valioso que valorizamos e desejamos que assim continue. De facto logo na intervenção o Sr. Presidente fez referência a este desenvolvimento do trabalho e de facto continuamos a perceber que existe aqui sobretudo para o apoio às pessoas e famílias em situação de precariedade e emergência social, há de facto um grande esforço para resolução de muitos dos problemas com que a Câmara é confrontada, com que o Executivo é confrontado pelas necessidades reais das pessoas. E valorizamos isso, valorizamos também, porque foi objeto de visita da nossa Comissão também acompanhada pela Vereação e por técnicos a visita ao 2º Torrão na Trafaria. E consideramos, também vem referido na introdução do Sr. Presidente e como nós estamos a analisar este documento não podia deixar de colocar também o trabalho que se está a fazer



envolvendo os moradores, criando condições de habitabilidade, do mínimo de segurança e higiene e oxalá consigamos continuar dirigidos neste sentido, ou seja, tal como noutras áreas do Concelho também estas áreas de precariedade social precisam de ser muito acompanhadas e precisam de ser muito envolvidas e de facto consideramos que esse é o caminho a seguir porque também as populações ali se estão a organizar, porque também ali tem havido o apoio para o desenvolvimento da melhor condição de vida possível.

Gostava que se o Sr. Presidente pudesse desenvolver mais uma coisa que me parece muito interessante e que é o projeto 10 mil vidas. Parece-me uma coisa muito inovadora, parece-me uma coisa muito interessante e começa a haver também aqui nestes Relatórios de Atividade uma informação do que é feito com prioridade para os idosos e anotei que foram distribuídos 10 mil telemóveis a idosos, exatamente para a necessidade do apoio. Mas permita-me uma outra nota, Sr. Presidente, e aqui já mais interrogativa do que propriamente informativa que é na parte da mobilidade urbana e acessibilidades. Sr. Presidente, para já a definição, acho que era interessante uniformizarmos conceitos. Transportes, utentes, não são utilizadores e no texto várias vezes vem referido utilizadores e a nós parece-nos que não é a expressão mais feliz nem a mais correta, os utentes, as necessidades dos utentes, das populações, dos utentes. Mas creio que o trabalho que aqui se evoca que foi desenvolvido na apreciação de documentos e de apreciações internacionais, para tentar sensibilizar os moradores, os residentes para preferirem o transporte público, creio que o trabalho que aqui se evoca que foi desenvolvido na apreciação de documentos e de apreciações internacionais para tentar sensibilizar os moradores, os residentes para preferirem o transporte público ao modo individual de transporte, não basta Sr. Presidente, dizer que se está a estudar isso. O que é preciso é ter transportes que correspondam a essa sensibilização. Eu penso francamente, e nós bancada pensamos que quem não utiliza transportes públicos não é porque não esteja sensibilizado para a sua necessidade, é porque não existem transportes públicos de qualidade, e veja-se o caso da TST, que efetivamente não consegue, porque não quer, ou porque enfim, ultrapassa-nos as verdadeiras razões, que não prestam serviço regular de qualidade às populações. E ninguém vai preferir transporte público em detrimento do seu transporte individual se não tiver uma capacidade de oferta e uma capacidade de resposta para as suas necessidades. E mais do que trazer estudos internacionais sobre o que fazer para a sensibilização da necessidade da utilização do transporte público, enfim o que é preciso é efetivamente agir com quem tem que resolver esses problemas e parece-nos que no âmbito da TST, é a TST e como tal aprovámos aqui a Moção no período de antes da ordem do dia, atentos àquilo que a Câmara possa fazer junto da Área Metropolitana de Lisboa para essa coordenação e para essa efetividade de serviços.

E por último Sr. Presidente, eu vinha para esta Assembleia, aliás ontem uma Sr.^a Deputada do PSD também levantou esse problema e quando eu vinha para a Assembleia houve um vizinho meu que me perguntou, vai para a Assembleia? pergunte por favor ao Sr. Presidente o que é que estão a fazer para obrigar o Metro Sul do Tejo a cumprir, para alterar aquilo que tem sido uma constatação, um levantamento de opinião, muitas queixas sobre o barulho, sobretudo para quem mora no espaço canal,



sobre o barulho do Metro e sobre um conjunto de outras situações. É seguramente do conhecimento do Sr. Presidente e de toda a Vereação, o aumentar da contestação e das preocupações e daquilo que de facto não proporciona uma boa qualidade de vida às pessoas que moram ali e sofrem as consequências da falta de manutenção do Metro, da excessiva velocidade do Metro, enfim todo um conjunto de matérias, o Metro é das parcerias público-privadas mais caras deste País e portanto o apelo que se faz é no âmbito do relacionamento do Município com o Poder Central, designadamente com quem tem a pasta destes dossiers possa efetivamente de uma vez por todas, porque as populações estão muito cansadas, de fazerem propostas, de levantarem problemas e também gostaríamos de ver a nossa Câmara envolvida ativamente e com informação às populações de quem é de facto a responsabilidade da situação que estamos a viver. Portanto Sr. Presidente se tiver condições e hipóteses de nos dar esses esclarecimentos agradecemos, porque não há razão para que o Metro hoje não seja um transporte amigo do ambiente, no sentido da atenuação do ruído, mas pelo contrário está a prejudicar muita gente.”

6.1.1.2 – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas tentando ser o mais breve possível, mas atendendo a que de facto as questões foram muitas, tentarei ser sintético.

A iluminação do Terminal de Cacilhas que colocou o Sr. Deputado Municipal António Maco, o cabo de alimentação daqueles postes elétricos que iluminavam o Largo Alfredo Dinis em Cacilhas foram cortados no âmbito da construção do Metro e ao longo dos tempos, ao longo dos anos temos vindo a insistir junto da EDP para que fosse refeito todo aquele cabo subterrâneo que foi cortado na altura. Não tem acontecido, o que é que decidimos? Entrar na nossa conta de IP, de iluminação pública, o arranjo daquela situação na nossa renovação de IP em 2017, colocando, substituindo inclusive aqueles projetores de halogénio que lá existem que são muito gastadores do ponto de vista de energia, que hoje já existem soluções led que conseguem dar uma resposta mais eficaz. Em 2017 prevemos a expensas municipais resolver aquela questão do Largo de Cacilhas, que de facto consideramos que precisa de ser resolvida.

Depois a questão que colocou da deposição de entulhos na Bernardo Francisco da Costa e um bocadinho generalizado. Eu estive a ver imagens e o grande problema que temos ali não me parece que seja propriamente um grave problema de recolha, é um grave problema de deposição. É que foi posto ali o recheio de uma casa inteira, mais as demolições resultantes dela, mais isso tudo à vista de toda a gente e ninguém fez nada, e não há um polícia, não há uma autoridade que ali possa intervir e acho que isto não pode ser, acho que isto é uma situação que nos deve ofender a todos, porque depois leva a Junta ou a Câmara, ou as entidades públicas a ter que intervir para resolver situações que são da responsabilidade de privados. Aquilo que colocou na sequência disto, quantos carros estão avariados, quantos temos tido. A frota necessária para fazer a recolha, ela é feita dentro daquilo que são os nove circuitos de recolha diurnos. Nove circuitos de recolha noturnos. Temos tido em permanência



sensivelmente uma média de 13 viaturas para nove circuitos, portanto temos tido folga para que esta recolha seja feita todos os dias. A Câmara assume as suas responsabilidades ao nível da recolha diariamente com estas viaturas que obviamente estão avariadas, várias, sempre. Temos uma frota maior do que esta, mas temos folga suficiente para termos tido por enquanto os carros todos necessários e estamos também já nos investimentos para o ano futuro na aquisição de novos para substituir viaturas de recolha mais antigas.

Sr. Deputado Pedro Oliveira, as questões da rede municipal de óleões. Já tivemos vários concursos, não tiveram concorrentes, não conseguimos, temos agora um procedimento que pensamos que decorrerá bem, a indicação vai nesse sentido, será concluído no primeiro trimestre de 2017, a ver se resolvemos esta questão que foi aqui colocada.

O entroncamento do J Caetano que também colocou, esta era uma intervenção que foi reclamada há muito tanto pela Junta de Freguesia, pelos taxistas e a população que ali existe, a resolução de problemas de velocidade naquela via e de segurança viária bem como a continuidade do passeio que existe e que existe a circulação dos alunos que vão para a escola. Nesse sentido viu-se uma intervenção integrada em todo aquele espaço, que passa não só pelo cruzamento que é aqui referido e aquela situação de alteração do cruzamento, mas por também realocização da Praça de Táxis, a realocização dos elementos de contentorização que ali existem, todos os acessos àquela avenida e no meio disto tudo também criar uma via mais urbana na inserção com a Estrada Nacional 10-1 que é o que se pretendia fazer em todas as intervenções que ali existam naquela Estrada Nacional 10-1 daqui para o futuro, deixou de ser Estrada Nacional e é cada vez mais uma via urbana, e isso também contribui para a segurança.

O cruzamento é assim porque foi possível dar uma continuidade de passeio na Estrada Nacional 10-1, criando uma ilha de atravessamento que permite proteger a passadeira que ali também foi colocada agora ou também está a ser colocada agora e necessitava de estreitar tudo aquilo para dar segurança. Não se consegue o sol na eira e a chuva no nabal. Para se conseguir diminuir velocidade, isto por vezes tem impactos quando nós falamos em lombas, etc., os carros quando chegam à lomba têm que diminuir, vai fazer mais filas. É uma intervenção que consideramos que possibilita uma maior segurança nomeadamente para os alunos que se dirigem à Escola por aquele passeio e que passam a ter uma segurança diferente. De qualquer forma conhecemos os problemas que têm vindo a ser colocados pela população. A própria Junta de Freguesia tem vindo a colocar algumas questões e temos uma visita marcada ao local para avaliar se ainda existe a necessidade de reformular alguma coisa naquele entroncamento enquanto ainda estamos em obra, mas estamos nesta avaliação.

Alameda Guerra Junqueiro. Existe uma proposta de intervenção para este arruamento, está inserido nas vias para intervir em 2017.

A Sr.^a Deputada Ana Catarina Lopes, painéis de velocidade na avenida D. Nuno Álvares Pereira. Consideramos que era um problema de bateria daquela semaforização, foi adquirida a bateria, foi colocada hoje ou ontem, não está completamente bem, ainda não resolveu a situação, estamos a



perceber o que é que ali se passa para além da questão que estava identificada inicialmente a bateria, mas tentamos rapidamente resolver esse problema.

Praça de Táxis S. João Baptista. Tem-se tentado o consenso com as Associações de Táxis que não tem sido nada fácil, vamos perceber como é que isto está.

O buraco da rua José Silva Mendes já está tapado.

O parque animal na avenida Rainha Dona Leonor. Tentaremos melhorar a limpeza. A limpeza poderá não ser suficiente para a necessidade que ali existe.

As luminárias apagadas junto ao Café Tropical. A EDP ainda não conseguiu detetar a avaria, supõe que é um cabo subterrâneo, está a tentar também perceber e estamos também a insistir junto da EDP para que o perceba.

A praceta Fernão Mendes Pinto. Aqueles canteiros foram plantados pelos moradores, estamos também a tentar reunir o consenso deles para o abate da borracheira que lá está. A árvore-da-borracha que foi também plantada pelos moradores e aquela situação que aqui foi colocada dos muretes à volta desta árvore também estamos a tentar resolver.

A Escola Fernão Mendes Pinto. O portão principal da Escola é uma rua de acesso local, não temos tido pedidos em relação a esta questão de redução de velocidade, mas iremos também avaliar.

A limpeza das traseiras da Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, já houve cortes desinfetantes há dois meses, vamos avaliar se é necessário mais alguma intervenção.

O IC20, a nova gestão do tráfego também foi aqui colocada, nem as Infraestruturas de Portugal, nem a Concessionária da Via Rápida a Baixo Tejo comunicaram à Câmara as alterações que estão a implementar, que são alterações destas entidades.

A Sr.^a Deputada do PAN, parque para cães no Parque da Paz. Não tem havido muitas reclamações, aquela é uma área de 600 m², está vedado, tem 3 bancos de jardim, bebedouros para cães, tem dispensadores de sacos, recipientes para dejetos, tem alguns entupimentos por vezes de bebedouros, etc., mas tentamos garantir que aquele espaço esteja minimamente em condições.

Só a última questão, a Sr.^a Deputada Maria D'Assis. Os buracos também no acesso à Madame Faber, mas vamos avaliar e intervir oportunamente.

Já agora deixava só as questões ontem levantadas pelos Múncipes Luís Filipe Pereira, a placa da Cova da Piedade foi retirada, na próxima semana irá ser colocada uma nova, e a questão da habitação social que ontem foi aqui também colocada com infiltrações, foram já lá hoje os técnicos municipais e será feito também uma intervenção de emergência.”

6.1.1.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a algumas questões colocadas, obrigado também ao Sr. Vereador. A questão da derrocada do prédio da estrada das Barrocas, há de facto um inquérito a decorrer, foi-me entregue um primeiro documento, uma semana depois da data que tinha sido inicialmente prevista, foi feita uma prorrogação.



Existem os elementos documentais para fazer uma análise, estamos em processo de auscultação das pessoas envolvidas.

Neste momento o processo é o que está. O que é que podemos de qualquer forma já dizer, ainda há pouco em relação ao problema colocado sobre o morro já avancei alguma coisa. Quando existem situações em que há risco para terceiros a nossa atitude tem que ser orientada pela segurança das pessoas que lá estão. E compreendo aquilo que o Sr. Deputado António Maco dizia no primeiro dia da nossa reunião, que os proprietários não têm dinheiro para fazer as intervenções, mas enfim, não podemos é estar meses à espera que se arranje o dinheiro para fazer as intervenções e que eles façam as intervenções. Há pessoas lá dentro e temos que atuar. Com toda a compreensão que temos pelos proprietários, mas de facto há limites. Há limites que não podem ser e não devem ser ultrapassados.

Em relação às questões relacionadas com o apoio aos comerciantes. Nós não temos a contabilidade dos comerciantes, não sabemos qual foi o efeito do ponto de vista do volume de negócios das nossas intervenções durante o período de Natal, e os apoios que têm sido dados, agora o que podemos dizer é que temos desenvolvido uma atividade significativa de apoio ao nosso comércio nas áreas centrais com os programas de “Almada Portas Abertas” sempre em parceria com a Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, que aliás reconhecem esse nosso empenho, que desejo e todos nós desejamos levar até mais longe, mas que implicam apesar de tudo iniciativas no valor de cerca, um investimento municipal de cerca de 120 mil euros nas várias iniciativas de animação nessa zona da Cidade.

Existe um entendimento de princípio com a Associação dos Comerciantes para poder realizar outras iniciativas, também com o nosso apoio financeiro, mas com a participação deles, com a preocupação que pensamos ser uma preocupação de todos.

Ainda voltando atrás em relação à derrocada do prédio da Cova da Piedade. Houve uma primeira informação de que o Sr. inquilino estaria a insistir junto do senhorio e sugeria que fosse o senhorio a fazer o seu realojamento, depois que teria preferido ficar realojado na casa de familiares e finalmente fomos informados de que ele estaria interessado em ser alojado numa casa da Câmara. Estive há dois dias com ele, ele foi aos Paços do Concelho, ele e a filha e vai ser realojado em Almada Velha numa casa que é uma casa que a Câmara no conjunto das casas que a Câmara aluga à rede de bancos para disponibilizar para realojamento, é uma casa que pensamos que no início da próxima semana esse assunto estará resolvido. Tenho dado indicações aos Serviços para irem mostrar a casa ao Sr. e pensamos que nessa parte essa situação está minimizada.

Depois voltando aqui às outras questões. Ainda voltando ao problema do entulho na Bernardo Francisco da Costa. Eu fiquei a saber, e os Srs. também devem saber que qualquer cidadão desde que se identifique pode dar início a um processo de inquérito e contraordenação perante situações destas, muito mais um Deputado Municipal, desde que se identifique, de acordo com a legislação, e serviço de fiscalização pode dar início ao processo de inquérito e ao processo de contraordenação. Todos os cidadãos neste aspeto podem ajudar a resolver este tipo de assuntos.



Loja do Cidadão. O processo será desencadeado a partir do momento em que a escritura relativa à Pluricoop esteja feita. Já houve o aval do Tribunal de Contas para que se possa fazer o negócio e nessas circunstâncias iremos confrontar o Governo com esta possibilidade que passamos a ter de ter um espaço disponível. Não estão afastadas a consideração em relação a outros espaços, mas este já existe e esta é uma possibilidade para podermos falar. No site do Governo não estão de facto 18 Lojas do Cidadão, pois tivemos o cuidado de ir procurar, é a vantagem de as perguntas serem feitas num dia e a sessão se fazer no outro, não estão lá as 18 Lojas, mas isto como o desenvolvimento de qualquer coisa, o embrião, há o feto e depois as coisas vão fazendo o seu caminho, mas é necessário é que o caminho se faça. Nós estamos disponíveis, como já temos dito, para fazer esse caminho.

Em relação à substituição das coberturas de fibrocimento nas Escolas. Eu lembro-me que em nenhum caso foi reconhecido pelo Instituto Ricardo Jorge que existia risco para as crianças, convém termos isto em conta, não vamos agora reavivar um problema que está resolvido. Foi o balanço que se fez. Iniciámos o processo de substituição de fibrocimento naquelas que pareciam ser mais urgentes e agora restam 5 Escolas das quais houve um problema com a empresa, houve uma reunião e estamos em condições de dizer que iniciar-se-ão algumas obras neste período de Natal, serão 3 até ao final do ano e as outras duas até ao final de fevereiro. A questão das Escolas é que podemos dizer.

Óleões. Já agora se os SMAS tiverem condição para se licenciarem para fazer a recolha, é aquilo que estamos a encarar, perante o facto de termos lançado vários concursos e aquilo ter ficado vazio, até porque os SMAS é a entidade interessada em que não se lancem óleos na rede, mas é uma possibilidade que estamos a estudar.

Estádio José Martins Vieira, a pala. Estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para qualificar o Estádio Municipal, porque o Estádio é Municipal e para que se possa estar em melhores condições de ali se disputarem todo o tipo de prova, é essa a nossa referência.

Estrada Nacional 10. Já agora dizer o seguinte, era nossa intenção, como já foi dito em determinadas alturas, fazer uma intervenção de fundo na Estrada 10-1 e vão-se fazer as coisas que é preciso fazer na Estrada 10-1. Mas a Estrada 10-1 é, não por cima, mas aquilo que tem por baixo, estratégica. No processo de renovação e de manutenção da rede dos SMAS a Estrada 10-1 é um importante eixo de abastecimento da Cidade de Almada. E não vamos mexer por cima quando temos estruturas por baixo cuja segurança é necessário garantir e não vamos correr riscos a fazer coisas sem ser como deve ser. Haverá as obras que seja possível fazer, os melhoramentos estes podem ser melhor do que aquilo que se fez, não está isso em causa, mas atenção a questão da estrada é outra conversa.

Necessidades no parque habitacional. Gostava de referir que de facto é nossa preocupação continuar a intervir no nosso parque habitacional aproveitando todas as oportunidades de financiamento que se nos abrem, mas também é através daquilo que são as nossas responsabilidades que continuaremos a assumir.

Melhor no que diz respeito à toponímia, estamos de acordo.



Circuito da Saúde. Questão que se colocou o autocarro, as viaturas que tínhamos não se revelaram adequadas àquilo que pretendíamos, a primeira viatura porque as pessoas têm dificuldade em subir e a descer e existem essas coisas e entretanto há a possibilidade de se criar o Circuito da Saúde com a ajuda de financiamentos comunitários com carros elétricos. Estamos a trabalhar nisso, demora um pouco mais mas é o que neste momento está em cima da mesa.

Maria D'Assis, Sr.^a Deputada em relação à área do Bairro Madame Faber, por razões que todos conhecemos e ligados também com a intervenção que pretendemos ali fazer, estamos todos empenhados em melhorar as condições envolventes e as condições do Bairro.

Em relação à Escola da Trafaria. A Escola da Trafaria numa análise à estrutura que foi feita por uma entidade competente concluiu-se que havia risco para as crianças, decidiu-se tirar as crianças da Escola, decidiu-se, reunindo com a Comissão de Pais fazer uma obra que consolidasse e reforçasse a segurança da estrutura da Escola. Pôs-se a possibilidade de as crianças serem deslocalizadas para outra Escola definitivamente, porque havia lugar para isso, no entanto tendo em conta aquilo que é e tem sido a Trafaria e tendo em conta que muitas das crianças são do 2º Torrão, entendemos que devemos manter a Escola qualificando-a, mas mantendo a Escola.

Naquelas contas que às vezes fazem podiam dizer, mas se há lugar noutra Escola as crianças vão para a outra Escola e vão no transporte. Queremos apesar de tudo manter a Escola ali, é mais próximo para as famílias e é a Escola do Bairro, não é uma decisão fechada, como devem imaginar, mas neste momento é o que nos parecia mais adequado, era continuarmos a dar esse sinal de apoio às famílias, até porque estamos a querer e estamos a intervir no bairro e a fazer um trabalho de mobilização comunitária no Bairro, e como sabemos as Escolas dentro daquilo que é o espírito da Cidade Educadora têm um papel importante na revitalização das nossas comunidades. Gostaríamos de poder seguir esse caminho.

Congresso Almada, GNR, PSP, as 3 Corporações de Bombeiros estiveram presentes no 2º Congresso em vários momentos. O Congresso é algo que tem que ter e deverá ter continuidade e naturalmente essa será uma matéria que poderemos e deveremos voltar a visitar, até por impulso próprio Conselho Municipal de Segurança.

O Simulacro foi uma iniciativa muito importante tanto quanto nos foi possível apurar, temos o nosso plano de emergência também neste momento consolidado, temos nesse aspeto boas condições, lamentavelmente a informação que estava na nossa base de dados sobre a segurança não foi disponibilizada a tempo e portanto não está na informação que vos foi fornecida. Mas há trabalho nessa área, muito, como devem imaginar.

Horário das Bibliotecas, é um horário lamentável, aliás como o dos Museus, sabemos isso perfeitamente. Temos um constrangimento enorme que tem a ver com o recrutamento de pessoal para essas áreas, a possibilidade que nos é aberta com o novo quadro orçamental de podermos recrutar mais à vontade e dar mais oportunidade, mas o primeiro concurso que foi lançado, que obedecia aos critérios da mobilidade, não conseguimos preencher os lugares. Temos de facto falta já há bastante



tempo de pessoal para as Bibliotecas, aliás a nossa intenção é alargar o horário. Há uma reivindicação já antiga do alargamento do horário até de uma Biblioteca a funcionar 24 horas, e há a questão dos Museus, mas temos enalhado aqui na questão do pessoal.

Tempo de resposta média dos serviços. É uma proposta que consta do Plano de Atividades, que iremos considerar daqui a pouco, a avaliação do tempo de resposta do serviço, no quadro do processo de modernização administrativa. Vamos fazendo um levantamento das reclamações, mas vamos ter que ter isso apurado, apontar objetivos e também controlar os resultados por respeito pelos nossos cidadãos.

Ruído do MST. Nós já entrevistamos junto do MST e estamos a intervir junto da tutela sobre a questão do ruído do MST. O MST que tem que fazer a manutenção do seu aparelho. Coloca-se em relação ao MST como em relação aos TST, como em relação a uma série de outras coisas. Um problema que é, nós as Autarquias em matérias que não são da sua área de poder tem uma influência de advogado por assim dizer, defensor da população. Mas não confundamos, nós não temos o poder coercivo do Estado, nem da Administração nesta matéria que é a outra área do poder, o poder tem sempre essa coisa, o poder não é só poder ouvir e convencer. O poder é ter o poder de exercer a ação coerciva, dizer assim, você não faz então é castigado de alguma maneira por isso. Nós não temos, a Câmara o que é que faz? A Câmara grita mais alto eventualmente, sensibiliza, pode ir ao corredor falar com o Sr. Ministro e tal, mas não tem a possibilidade de dizer, vai lá a Polícia e fecha a porta, ou então vão lá buscar o dinheiro ao cofre do MST para fazer as obras, não temos nenhuma possibilidade de fazer esse tipo de coisas. Estou a caricaturar, mas penso que toda a gente aqui e lá em casa percebe que esse poder não nos é dado. Temos o dever de defender as populações em todas as circunstâncias, mas não ao ponto de obrigar o MST a substituir as rodas que vão sendo quadradas por rodas que sejam circulares. É de facto um problema. Agora não temos, o MST hoje afirmou-se e o Metro afirmou-se um transporte de grande importância na vida da Cidade, não atingiu com certeza os volumes de serviço que se pretendiam e que se expectavam por razões que se conhecem, mas que agora neste pequenino tempo, não me caberá aqui aprofundar, mas tem tido de facto um papel importante e o nosso desejo é que o nosso sistema de transporte corresponda às expectativas dos cidadãos naquilo que foi dito, boa qualidade de transporte público.

Não é só pela questão da comodidade, hoje a comodidade do transporte é uma questão essencial para o futuro das Cidades. Todos sabemos que com 7 mil ou 8 mil, ou 9 mil milhões de habitantes nós precisamos de transportes públicos, não há carros para tanta gente que o clima, vamos dizer assim, independentemente das opiniões que tenhamos sobre a matéria, que o clima aguente. O transporte público é aquilo que temos que fazer e o caminho que temos que percorrer.

Espaço animal. Só dizer que houve uma primeira reunião do Sr. Vereador com a equipa da Associação “Amor Rafeiro” e “Onde há gato não há rato”, foi mostrado um terreno, ficou-se agradado, há expectativa de que possam reunir as condições para que o famoso canil da Aroeira possa ser realocado num outro local com muito melhores condições.



Museu dos Bombeiros. Estamos em conversações com o proprietário do terreno ao lado do Quartel dos Bombeiros de Cacilhas. As coisas demoram um pouco, o nosso desejo é trabalharmos em conjunto para ser possível o Museu dos Bombeiros.

Número 19 da rua António Gedeão. Ainda hoje assinei um documento para que se façam obras em vários prédios da António Gedeão e também lá está o número 19, não sei exatamente se são aquelas que foram alvo das observações da Sr.^a Deputada, iremos de qualquer forma ver. Algumas das obras são serão realizadas de imediato, são as obras no exterior e enquanto estiver a chover não se justifica estar a pintar a casa.

Ponte Pedonal inacabada. Há um contato com o proprietário daquela casa que cá está em baixo para se acabar, isso parece que também está bem encaminhado.

Entulho junto ao Forte de Alpena. É uma zona desértica e é vandalizada tal como o Forte foi vandalizado.

Refeições da Escola Romeu Correia. A cantina é da responsabilidade do Ministério da Educação, de qualquer maneira isto para nós não chega e temos responsabilidades e procuraremos acompanhar, até porque há crianças que são da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e que vão lá comer e iremos aprofundar essa questão que aqui foi colocada.”

6.1.1.4 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tendo em conta as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, eu penso que relativamente à pergunta do comércio eu fiquei com a ideia, posso ter ouvido mal, que o Sr. Presidente não tem indicação relativamente aos benefícios que, aquilo foi projetado no passado para o comércio, se realmente trouxe ou não benefícios o que foi projetado. Penso que foi isso que eu ouvi.”

6.1.1.5 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ouviu mal, eu disse que houve um investimento significativo. Que há uma boa relação com a Associação dos Comerciantes, que não conhecemos a contabilidade dos comerciantes, mas de facto não lhe disse, mas posso-lhe dizer agora, não temos nenhuma nota que haja um processo recessivo como existiu em determinado momento da crise neste momento em relação ao comércio de Almada. Não quer dizer que a situação esteja boa, mas aquele encerramento grande de lojas aqui nesta zona, neste momento não se está a verificar e é a informação que posso transmitir.”

6.1.1.6 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pois Sr. Presidente, sendo assim se não tivesse conhecimento, mesmo que fosse um conhecimento básico, digamos assim, e mínimo relativamente a esses benefícios como é que se poderia projetar então este Natal.

De qualquer forma Sr. Presidente relativamente às questões do depósito de resíduos, eu pergunto, o CDS-PP pergunta de quem é a responsabilidade. Sabemos que há cidadãos que não cumprem com



aquilo que devem ser os seus deveres de cidadania, mas a pergunta que o CDS-PP deixa, não sei se o Sr. Presidente não tem tempo para responder, mas fica a pergunta no ar, digamos assim. De quem é a responsabilidade, quem é que tem a responsabilidade de fiscalizar, se são as forças policiais, se são os Fiscais da Câmara, que eles devem existir com certeza e não atuando quer os Fiscais, quer a Câmara Municipal, se o entulho vai lá continuar? E é por isso Sr. Presidente que nós temos um grave problema de recolha de resíduos, é por isso que os cidadãos continuam a comportar-se desta forma, porque não há uma fiscalização efetiva e porque o cidadão que não cumpre sente-se impune relativamente a esta situação. Portanto Sr. Presidente, é isso que eu gostaria apenas de deixar e vamos continuar infelizmente, espero que só até para o ano ter um Concelho desta forma, gerido desta forma.”

6.1.1.7 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Se os Srs. tivessem criado condições para haver Fiscais, Almada não tinha só 7 Fiscais. Agora o seu Governo e dos outros Srs. que ali estão é que criaram uma situação de tal maneira que nós hoje só temos 7 Fiscais. Abre-se os concursos e não aparece ninguém para ser Fiscal, isso é que é preciso ver.”

6.2 – Entrou-se nos pontos 3.6 (3.6.1, 3.6.2, 3.6.3, 3.6.4, 3.6.5 e 3.6.6) da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 209/XI-4^o, 210/XI-4^o, 211/XI-4^o e 212/XI-4^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 28/10/2016, sobre “Opções do Plano e Orçamento do Município para 2017”, “Mapa de Pessoal do Município para 2017”, “Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2017” e “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2017”, respetivamente, (Conforme Anexos XXX, XXXI, XXXII e XXXIII**).**

6.2.1 – Para apresentação das referidas Propostas usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador e Presidente do CA dos SMAS.

6.2.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Foi feita a distribuição do Plano e Orçamento para 2017 da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada. Queria começar por referir em relação ao Orçamento, que o Orçamento global que temos neste momento e que colocámos à vossa apreciação envolve um valor de 116 milhões e 209 mil euros no conjunto, Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, mas tal como já tivemos ocasião de referir nas reuniões realizadas com os diversos grupos municipais, esta verba será acrescida de uma parte do saldo de gerência que transite de 2016 para 2017. As condições em que são construídos os Orçamentos por força da legislação, não permite e temo-lo dito e temo-lo denunciado que não permite um completo esclarecimento logo no início do ano de tudo aquilo que se pretende fazer e que é possível fazer existindo possibilidade financeira para tal. É algo sobre o qual era bom que em conjunto se encontra-se uma solução que permitisse uma clarificação junto dos Srs. Deputados e junto da população sobre os valores em causa.



Da parte da Câmara Municipal o Orçamento global que está à vossa consideração orça os 86 milhões 455 mil euros e da parte dos Serviços Municipalizados, os 29 milhões 753 mil euros. E depois pediria ao Sr. Presidente dos SMAS, Sr. Vice-Presidente da Câmara para se pronunciar sobre essa matéria.

Queria sublinhar que no Orçamento que está à vossa consideração, que ele contempla e integra o empréstimo de 7 milhões de euros que foi aprovado aqui em anterior Assembleia Municipal. Este Orçamento, em relação ao Orçamento inicial de 2016 é cerca de 7,3% superior no seu valor global, como podem ter verificado a páginas 84 e 85, na introdução do Orçamento propriamente dito, e tal como aqui se refere, salienta-se que a despesa na área da educação tem um aumento previsto de cerca de 24%, em particular na requalificação do parque escolar com mais de 1,7 milhões de euros do que em 2016, e ainda na área da mobilidade urbana, acessibilidades, o espaço público tem aumento de investimento previsto na qualificação de vias de circulação na ordem de 1,2 milhões mais 30% do que em 2016, volto a dizer é o ponto de partida, corresponde ao nosso compromisso de considerar a questão do tratamento das nossas vias assim como das questões da salubridade, questões centrais em relação às quais depois no caso concreto da salubridade, depois de nos termos dotado do pessoal que era necessário para assegurarmos as nossas responsabilidades. E quero dizer perante vós que o fizemos num quadro em que estávamos constrangidos a reduzir em 2% o número dos nossos trabalhadores, mas que a situação em matéria de Recursos Humanos na área da salubridade era insustentável. Entendemos e assumimos que havendo disponibilidade financeira no Município devíamos proceder a essa contratação. E foi o que fizemos. No entanto mantem-se problemas em relação à nossa frota de recolha, é uma frota envelhecida, sobrecarregada, quer na recolha normal de resíduos, quer no que diz respeito à recolha de monos onde a transferência da nossa responsabilidade para as Freguesias não pôde por via dessas deficiências ser completamente assumida pelas Freguesias. E há um processo também de aquisição de equipamento nesta área que está em curso e que naturalmente assumiremos por completo, quer no que diz respeito à recolha de monos, quer o que diz respeito a outros equipamentos. A mesma coisa no que diz respeito a dotarmo-nos dos meios necessários para o tratamento das nossas vias. Hoje veio aqui referida a questão da D. Nuno Álvares Pereira, existe toda uma série de vias de grande importância estruturante que têm que ser intervencionadas. Volto a dizer, temos contas equilibradas é verdade, e as contas equilibradas permitem-nos fazer coisas. Mas Almada como todos os outros Municípios do País sofreram e sofrem dos constrangimentos gerais que a economia do País sofre. E se há coisas que outros podem não ter o dinheiro mas têm a obra feita, e outros têm o dinheiro mas têm a obra por fazer. Nós sabemos de que lado é que estamos, mas também temos que saber é corresponder àquilo que são as necessidades dos nossos Municípios e temos e vamos fazer com certeza o esforço necessário para na medida das nossas possibilidades, volto a dizer, na medida das nossas possibilidades, porque os recursos não são infinitos, irmos tão longe quanto possível. E penso que contamos com a colaboração e pelo menos a compreensão de todos vós nesta matéria. As áreas sociais em particular na área da educação e da rede escolar, foi também uma área à qual temos dado maior atenção, tendo em conta que foi dito e temos vindo a assumir todas as



responsabilidades que nos cabem em relação à rede educativa, e às responsabilidades na área educativa indo até no que diz respeito à Ação Social Escolar mais longe do que aquilo que seriam as nossas estritas competências. Penso que é uma forma de investir, de apoiando as famílias investirmos no nosso futuro, no apoio às crianças, no apoio à juventude. Temos vindo a fazê-lo e temos ido tão longe quanto possível.

Em relação a um conjunto de outras matérias há algumas propostas que gostaria de qualquer maneira de vos colocar, tendo em conta apesar de tudo o tempo, e queria não demorar muito tempo.

Muitas das propostas que vos vou apresentar resultam de propostas feitas por vós, por todas as Bancadas e também no quadro do nosso Congresso Almada. E procurámos integrar já em atividades no Plano de Atividades. Em matéria do Plano Diretor Municipal uma questão que tem sido muito colocada, que está em perspetiva a preparação de todo o trabalho técnico no sentido de permitir ainda a discussão pública da proposta para a revisão do Plano Diretor Municipal, não está no nosso horizonte e pensamos que não seria politicamente correto que em véspera de eleições para as Autarquias Locais fosse aprovado o Plano Diretor Municipal. Pensamos que isso deve caber também aos cidadãos no quadro eleitoral ainda se poderem pronunciar em relação a essa matéria, que é estruturante e não será aprovado o Plano Diretor Municipal. Agora, todo o documento para discussão pública é nosso empenho que se criem as condições para tal.

Dizer-vos que em relação ao processo de reabilitação de Almada Centro, estamos a chamar Almada Centro à zona da rua de Olivença e do Mercado de Almada, tendo em conta a vinda à posse pública do edifício da garagem da Monumental e o antigo edifício da EDP, vamos lançar o debate público em relação a esse processo, e tão breve quanto possível, logo que a garagem Monumental venha à nossa posse.

Vamos também prosseguir o apoio às populações das Terras da Costa da Caparica e do 2º Torrão, tal como tínhamos visto, tendo em vista o seu realojamento provavelmente mais próximo no que diz respeito às Terras da Costa, mais difícil concretizar em relação ao 2º Torrão, por razões que também todos conhecemos.

Há o propósito de desenvolver estudos para a criação de um Parque Tecnológico na Caparica, aproveitando as possibilidades urbanísticas que existem naquele território e também o potencial existente em torno da Faculdade de Ciências e Tecnologia e das outras escolas que ali estão.

Manteremos e reforçaremos a cooperação com a Associação de Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal, a Delegação de Almada designadamente em matérias que já aqui foram referidas e procuraremos introduzir melhorias de condições no funcionamento do Mercado do Levante do Feijó, não está em perspetiva a mudança do Mercado do Levante do Feijó, neste momento pensamos que não existem condições no imediato para isso ser feito. Iniciámos várias tentativas nesse sentido, neste momento pensamos que aquilo que é correto para já é qualificar aquele Mercado não perdendo de horizonte qualquer outra intervenção.



Iremos reforçar as medidas de correção de eventuais danos e incómodos ambientais provocados pela atuação e funcionamento de instalações industriais no Concelho, não se trata só aqui da Sovena, com certeza, mas de todas as instalações com as mesmas características. Aliás ainda hoje, com certeza que deram conta que o cheiro que tínhamos nem era da Sovena, era da Portucel, quem estava na Cova da Piedade deve-se ter apercebido que a Portucel estava ali bem perto, porque o cheiro era da Portucel.

Vamos promover o acompanhamento e o controlo das colónias de gatos e de pombos, uma questão que tem sido colocada por vários Municípios em reuniões de Câmara.

Iniciar o processo de regulação do uso de espaços agrícolas tendo em conta o quadro legislativo em vigor, tem a ver com as hortas.

Prosseguir a qualificação e disponibilização para uso público de novas áreas, nomeadamente no Parque da Paz, o Parque Urbano da Costa da Caparica e áreas envolventes. Ainda há pouco falámos nisso.

A criação e sinalização de parques de jogos e recreio infantil dotados de valências destinadas a cidadãos portadores de deficiência assegurando a sua ampla divulgação junto da população, uma questão que tem sido também colocada por alguns de vós.

Promover o lançamento da rede municipal de óleões, não é propriamente uma novidade. Dotar o Município do novo canil e gatil associativo, em substituição do atualmente existente, estamos hoje em melhores condições de o poder afirmar, aqui fica inserido desta maneira.

Desenvolver estudos e projetos com vista à criação em Almada de um Laboratório e Centro de Estudos e Investigação para o desenvolvimento e promoção da utilização de energias alternativas, não é propriamente uma novidade, é o projeto que temos para o antigo edifício da EDP.

Desenvolver processos de eliminação sistemática das inscrições grafitadas abusivas nas zonas urbanas centrais, podemos dizer todo o território, mas aqui há um compromisso em relação às zonas urbanas centrais.

Em articulação com as Freguesias reforçar a conservação, manutenção e recuperação das placas toponímicas do Concelho. Também uma questão que esteve aqui hoje colocada.

Manteremos as nossas responsabilidades nas áreas do trânsito, procurando intervir em várias dimensões, aproveitando os fundos estruturais também naquilo que diz respeito aos impactos ambientais e à sua moderação. Aproveitaremos os fundos comunitários.

Promover a garantia e condições de segurança da circulação pedonal nos viadutos da responsabilidade municipal e diligenciar essa mesma garantia junto das entidades responsáveis pela manutenção e conservação de viadutos de responsabilidade nacional.

Dinamizar e colocar em debate público a empreitada para requalificação do eixo prioritário da avenida do Mar na Charneca de Caparica, Costa da Caparica e da rua dos Três Vales na Caparica, também já foi referido pelo Sr. Vereador.



Concretizar os projetos de promoção de acessibilidades às pessoas com problemas de mobilidade, divulgarmos a toda a população e definir e implementar o Plano Municipal de Sinalética Turística e Cultural.

Assegurar a melhoria diversificada e diversificação, integração metropolitana do sistema de mobilidade concelhio em todas as suas dimensões. Funcionalidade, comunidade e sustentabilidade junto dos operadores de transporte público no sentido da adoção de medidas da melhoria do serviço prestado em conformidade com as necessidades de mobilidade das populações e naturalmente aproveitando aquilo que é o novo quadro legislativo nesta matéria, onde algumas possibilidades de intervenção sobre os operadores passam a poder surgir e poderemos dispor delas, no nosso caso, no quadro da Área Metropolitana de Lisboa.

Promover uma política de iluminação pública tendo como principais objetivos a segurança das populações e a boa gestão dos usos do espaço público de acordo com as necessidades das populações, a questão da regulação da iluminação não tem sido sempre bem conseguida em todas as áreas do Concelho, também é do vosso conhecimento.

A melhoria geral da qualidade da oferta dos serviços de transportes públicos do concelho de Almada. A extensão do Metro Sul do Tejo à Margueira Cidade da Água, ao Seixal, ao Barreiro, à Moita, à Costa da Caparica, Trafaria e Charneca de Caparica dizendo de qualquer forma que existe grande sensibilidade para o seu prolongamento em relação à Costa da Caparica. Se houver forte vontade de todos aqueles que aqui estão para unanimemente defendermos o alargamento da rede do Metro à Costa da Caparica, penso que era boa altura de o podermos fazer. E era o desafio que vos fazia. Unidos pelo Metro à Costa da Caparica. Se estiverem connosco vamos a isso. Junto do Governo, das várias entidades alargamento à Costa da Caparica. É um desafio que fazemos a todos vós.

Naturalmente exigir a redução do IVA aplicada à iluminação pública. Esta é uma daquelas despesas que naturalmente seria fácil reduzir se nas Autarquias no que diz respeito à iluminação não tivessem que pagar os 23% de IVA, assim como pagar o FAM que também os leva algum dinheiro.

Criar um espaço de estudo em regime de funcionamento, em horário prolongado. Promover a instalação de novas unidades de Ensino Superior no nosso Concelho, pensamos que é importante que se fixem outras unidades de Ensino Superior no Concelho de Almada. Temos um espaço enorme na área do Campus da Faculdade de Ciência e Tecnologia e noutras áreas do território que seriam áreas privilegiadas para acolher Escolas desta natureza, temos condições para fazer, devemos-nos bater por isso e também é das matérias em que com certeza estaremos lado a lado.

Promover o conhecimento e usufruto do espaço museológico da Marinha Portuguesa instalada em Cacilhas.

Promover a digitalização e conservação de documentação das Associações e Clubes centenários do Município.

Assegurar a preservação, qualificação e salvaguarda e memória do espólio do edifício da Cooperativa Piedense logo que venha à posse da Câmara Municipal e já iniciámos diligências nesse sentido.



Desenvolver o estudo para a criação de equipamento cultural na Costa da Caparica e Charneca de Caparica e desenvolver o estudo para a reabilitação e definição dos futuros das antigas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico Conde Ferreira em Almada e António José Gomes na Costa da Caparica.

Sublinhava aqui a questão do equipamento cultural na Costa da Caparica e na Charneca de Caparica, algo que se torna cada vez mais urgente concretizar havendo vários agentes culturais que manifestam interesse em dar utilização a espaços dessa natureza. É possível encontrar localizações e é possível com certeza, formas de encontrar este tipo de projetos.

Também no que diz respeito a espaços desportivos na Charneca de Caparica e Sobreira necessitam de mais e pensamos que temos disponibilidade para conseguir corresponder.

Promover o realojamento das famílias abrangidas por Programas PER, também já era do vosso conhecimento.

Prosseguir os programas das Opções Participativas.

Estudar a criação de apoio ao incentivo à natalidade no âmbito do Plano Municipal de Emergência Social é algo que podemos encarar no quadro deste programa, se assim os resultados do último trimestre venham a ser confirmados em trimestres futuros de que a pressão sobre as necessidades emergentes das famílias em matéria de habitação possam estar a diminuir, não sabemos se é um dado que se confirma e se traduz nalguma melhoria da condição de vida é um primeiro indicador, mas enfim é preciso saber se ele se confirma em relação aos próximos meses.

Estudar a criação de uma Lavandaria Municipal para apoio aos idosos maiores de 65 anos economicamente carenciados.

Fomentar a criação de cooperativas para prestação de serviços de pequenas reparações domésticas a famílias e cidadãos isolados maiores de 65 anos e economicamente carenciados.

Assegurar a divulgação através dos meios de comunicação municipais da oferta de serviços de apoio doméstico para instituições particulares de solidariedade social do Concelho e divulgar e apoiar a atividade das Lojas Solidárias do Concelho. Também aqui com as nossas Instituições Particulares de Solidariedade Social, dando seguimento ao trabalho que com elas tem vindo a ser feito.

Importante sublinhar que se propõe não só a criação, mas também dotar uma rubrica orçamental para o funcionamento de propostas de melhoramento no quadro da criação de Comissões de Desenvolvimento Local no território de cada uma das 11 Freguesias. E nessa medida promover a cooperação entre os Órgãos de Poder Local e as entidades com sede no Município e aprofundar os mecanismos de estímulo à participação dos cidadãos na vida local promovendo o envolvimento dos cidadãos e das cidadãs no debate de diferentes projetos do Município.

Asseguraremos também o alargamento da oferta de acesso à rede da internet sem fios com acesso público no Concelho de Almada, é algo que já existe mas que se torna importante reforçar.

Como disse há pouco colocar no âmbito da responsabilidade do Serviço Municipal de Proteção Civil as situações de risco para a segurança dos cidadãos e dotar os serviços dos recursos técnicos e financeiros adequados às medidas a tomar.



Acusar a receção e reduzir o tempo de resposta e resolução das reclamações, queixas e denúncias formuladas pelos munícipes sempre que atendíveis é também um propósito que fica firmado no Plano de Atividades que trazemos, não é nada que não deva ser o nosso dever, mas é importante sublinhar a responsabilidade em relação a ele.

Reforçar os meios ao serviço da Fiscalização Municipal, o nosso serviço de Fiscalização Municipal está muito debilitado, se o esforço dos nossos Fiscais e dos nossos serviços não consegue compensar tudo aquilo que são as nossas deficiências deste serviço, e compreendemos todos com certeza que com mais responsabilidade dos cidadãos, mas também com mais ajuda por vezes chamando atenção e outras vezes dando o sinal aos serviços municipais e às autoridades de situações irregulares que isso é importante, não quer dizer que não se tenha a fazer um progresso significativo em relação a estas áreas, mas esse progresso ainda está muito aquém do que é necessário.

Também aí reduzir os tempos de resposta a reclamações, queixas e denúncias, vamos ter que monitorizar e introduzir correções ao novo regulamento das taxas e preços com certeza, que ao fim de um período da sua aplicação é importante que voltemos a refletir sobre ele.

Referir-me a um conjunto de matérias que resultaram das reuniões feitas com as várias bancadas e que procuramos no seu essencial acolher.

Gostaria de vos chamar atenção para o resumo dos principais objetivos que é a introdução às Opções do Plano e ao Orçamento que refere:

Os documentos previsionais que a Câmara Municipal coloca à consideração dos senhores Deputados e senhoras Deputadas Municipais são apresentados tendo em vista o cumprimento escrupuloso dos prazos legais em vigor, e de modo a assegurar que o Município seja dotado dos indispensáveis instrumentos de gestão para o ano de 2017.

Estes documentos são, por isso, suscetíveis de reavaliação e reapreciação posterior pela Câmara Municipal tendo em vista a sua consolidação definitiva, considerados eventuais contributos que visem o seu enriquecimento e venham a concretizar-se por parte de Eleitos na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

Por força das disposições legais em vigor, as dotações orçamentais que em definitivo irão prover as atividades que vierem a ser aprovadas, apenas poderão ser definidos na sua plenitude após a aprovação das contas de gerência relativas ao exercício de 2016, a qual ocorrerá em Abril de 2017, data a partir da qual poderemos dispor do saldo de gerência que se venha a registar à data do encerramento das contas relativas ao ano de 2016.

Ainda assim, a dotação orçamental colocada para apreciação pelos senhores e senhoras Deputados e Deputadas Municipais atinge, no conjunto da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e ECALMA – Estacionamento e Circulação de Almada, EM cerca 117,8 milhões de euros, aos quais acrescerão, no caso da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, cerca de mais 18 milhões de euros dos respetivos saldos de gerência, num orçamento global final que se estima possa vir a atingir cerca de 135,8 milhões de euros para o exercício de 2017.



No que se refere à Câmara Municipal, importa sublinhar que o montante orçamentado de 86 milhões de euros corresponde ao valor mais elevado dos últimos anos – superior em seis milhões de euros quando comparado com o orçamento inicial para 2016 –, o que resulta da decisão assumida no quadro do atual mandato de mobilizar recursos resultantes dos saldos de gerência para assegurar uma resposta positiva e no mais curto prazo possível a necessidades reconhecidas.

Nesse sentido, sublinham-se os programas de apoio social, entre muitos outros, nas áreas da infância, que conhece uma fortíssima mobilização de recursos, no domínio da recuperação e reabilitação do parque escolar do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, ao nível da ação social escolar, designadamente por via do Projeto “Pasta Escolar”, do Projeto Férias Jovens, do fornecimento de refeições nos períodos de interrupção das atividades letivas, dos apoios às Associações de Pais e Encarregados de Educação e respetivas atividades, e da subvenção às refeições escolares ao longo de todo o ano, assumindo o orçamento municipal a cobertura do valor diferencial entre o custo real das refeições cobrado pelo fornecedor e as comparticipações das famílias e do Estado neste domínio.

Também no que respeita aos consumos domésticos de água e ao tratamento dos efluentes resultantes desse consumo, o Município incrementou e mantém uma política de apoio social com larga expressão, assumindo de igual forma o significativo diferencial de mãos de dois milhões de euros entre o montante cobrado e pago pelas famílias e o custo real dos serviços prestados na recolha e tratamento de resíduos.

Uma significativa mobilização de recursos do Município ocorre, igualmente, no domínio do apoio social direto às famílias.

Mantemos a total disponibilidade para assegurar as necessárias dotações no quadro do Plano de Emergência Social definido, considerando mesmo o eventual alargamento do seu âmbito e alcance, como mantemos integralmente as perspetivas de intervenção e contributo municipal para minorar carências habitacionais ainda registadas, quer pela via do investimento em processos de realojamento, dando expressão concreta à execução do Programa Especial de Realojamento, quer pela intervenção na manutenção e conservação do parque habitacional municipal, quer ainda por via de apoios diversos às famílias que aguardam processos de realojamento.

No ano de 2017 daremos continuidade e faremos um substancial reforço do processo já iniciado de intervenção no espaço público, designadamente nas áreas da salubridade, do tratamento e qualificação das vias de circulação e da mobilidade em geral.

Na manutenção, conservação e qualificação da rede de águas e saneamento, onde Almada já se destaca pela qualidade do serviço prestado, os SMAS de Almada prosseguirão a sua atividade sustentada e o muito elevado nível de investimento.

Estes serão, aliás, os setores da atividade municipal no qual se verificarão os mais significativos reforços do investimento, designadamente ao nível das obras, da frota municipal e do recrutamento de recursos humanos, de modo a permitir uma mais rápida recuperação de insuficiências e novas



necessidade acumuladas ao longo de vários anos de constrangimentos à ação do Poder Local, que se torna urgente ultrapassar.

Importa ainda salientar na área do investimento, a promoção e qualificação do território, dotando-o ainda de melhores condições de atratividade, quer no âmbito do Plano de Promoção do Desenvolvimento Turístico, quer através do investimento na área da programação cultural e desportiva, expresso na concretização de grandes eventos de projeção nacional e internacional, e na Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018.

De igual modo, permanece no centro das nossas preocupações a promoção do investimento privado, salientando-se desde já neste contexto a manutenção do apoio à atividade das Agências de Desenvolvimento Local instaladas no nosso território, designadamente aquelas que resultam da iniciativa municipal, cujo elevado grau de êxito expresso numa taxa de sobrevivência de empresas acima dos 50%, significativamente superior à média nacional para realidades semelhantes, aconselham a manter e encorajar.

Tendo como objetivo melhorar o serviço público prestado às populações, o Plano de Atividades para 2017 ficará dotado dos meios necessários a que a equipa de missão constituída para a modernização administrativa possa concluir os seus trabalhos. Destaque, neste quadro, para a conclusão de um vasto conjunto de investimentos e obras em instalações municipais que assegurará a melhoria das condições de trabalho dos nossos trabalhadores, enquanto fator decisivo e orientador da melhoria da prestação do serviço público.

Ao nível do urbanismo e ordenamento do território, para além da continuação do trabalho de elaboração de instrumentos fundamentais como o Plano Diretor Municipal, salientamos os esforços que prosseguiremos no sentido de que seja iniciada a execução do Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água, e para que o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica possa prosseguir.

A concretização formal e efetiva das recentes aquisições de imóveis para o património municipal no centro da Cidade de Almada, na Cova da Piedade e na Trafaria, dará lugar a um período de apresentação de propostas e ideias que se pretende o mais amplamente participada possível pelos Almadenses, tendo em vista a qualificação destas áreas do território municipal, que assim se acrescentarão a outras que são já hoje objeto de intervenção e atenção municipal no âmbito dos programas de reabilitação em curso – Áreas de Reabilitação Urbana, Áreas Urbanas de Génese Ilegal e lotes destacados e áreas urbanas consolidadas e outras –, em todas as onze Freguesias onde se revelem mais urgentes, designadamente as que se prendem com a qualificação de mercados, o estacionamento, o trânsito e a mobilidade pedonal e ciclável.

Nestas, como noutras áreas de intervenção, só o sucessivo adiar de lançamento de concurso no quadro do novo Quadro Comunitário Portugal 2020 por parte das entidades competentes nos impede de ir mais longe, em qualquer caso, serão iniciadas as obras de construção da nova Escola EB1 da Charneca, de



reabilitação do chalé Ribeiro Teles e Largo 5 de Outubro na Cova da Piedade, do núcleo museológico da Marinha em Cacilhas e de reabilitação das piscinas de São Paulo em Almada.

No âmbito da receita, importa sublinhar o cumprimento dos compromissos assumidos. Assim se propõe, neste quadro, uma nova redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis a praticar em 2017, que passará dos atuais 0,37% para 0,36%. Nesta matéria, manda o bom senso que se mantenha uma postura cautelosa e avisada, que terá que levar em linha de conta, igualmente, a avaliação do impacto que as medidas adotadas no início do segundo semestre do ano em curso, que determinaram uma significativa redução do valor das taxas e preços praticados pela prestação de serviços pela Câmara Municipal.

O substancial aumento do número de inscrições de utentes dos equipamentos desportivos municipais, situado em quase 1.500 novos utilizadores e no retorno de mais de 2.200 praticantes que tinham abandonado a atividade, números registados no início da presente época desportiva e na sequência da redução dos custos de utilização dos equipamentos, corresponde necessariamente a um impacto muito positivo no que respeita à acessibilidade dos cidadãos à prática desportiva.

Mas importa, complementarmente, avaliar e conhecer os impactos concretos ao nível da receita arrecadada resultante desta alteração, bem como do conjunto de outras receitas municipais provenientes da aplicação das novas regras do Regulamento Municipal.

Em linhas gerais, estes são apenas alguns dos aspetos mais relevantes contidos na proposta de Opções do Plano e Orçamento do Município de Almada para o exercício de 2017. Acreditamos que estas linhas de orientação genéricas poderão e deverão ser enriquecidas no quadro dos eventuais contributos que os senhores e senhoras Deputados Municipais entendam ainda carrear para o documento em apreciação.”

6.2.1.2 – O Sr. Vereador e Presidente do CA dos SMAS, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também algumas considerações sobre o Plano de Atividades e Orçamentos dos SMAS de Almada e gostaria naturalmente de sublinhar desde logo que somos das poucas entidades com caráter municipal com gestão integral do círculo urbano da água como é conhecido. No nosso País é assim e desse ponto de vista a nossa intervenção visa continuar com normalidade a gestão do círculo urbano da água e gostava de sublinhar que para o ano, o ano 2017 se assinalam os 60 anos da municipalização da Gestão do Saneamento e dos Pluviais de Almada. Nós, em 2016 temos estado a comemorar os 65 anos dos SMAS, dos Serviços Municipalizados de Água dos SMAS, e para o ano são os 60 anos da Gestão dos Esgotos e dos Pluviais nos Serviços Municipalizados. Isto é um dado importante, se estivermos atentos aos responsáveis da área do ambiente na atualidade, a questão dos pluviais integrados na gestão do ciclo urbano é hoje uma questão que ganhou dimensão com os problemas das cheias nos últimos anos, nos centros urbanos, aqui em Almada temos essa gestão há 60 anos integrada nos nossos serviços municipalizados. O objetivo naturalmente é continuar com normalidade a



gestão do ciclo urbano, modernizando e tornando mais eficiente a nossa intervenção. Temos, como já hoje foi aqui referenciado, um Plano Plurianual de Investimentos, um Plano Plurianual de grande envergadura, de grande dimensão 50 milhões de euros para tempo 2013-2021, estamos a materializá-lo, está a correr bem e 2017 terá também uma forte intervenção na área do investimento. Destacaria do conjunto de intervenções que estão referenciadas no nosso Plano de Atividades e Orçamento a intervenção de reabilitação dos Reservatórios do Cassapo, do Raposo, do Feijó e do Pragal dando continuidade de grandes intervenções que temos feito nos últimos anos.

Também uma questão que já passou hoje por aqui e que está bem referenciada no nosso Plano, a necessidade de modelar e definir traçados atuais para o nosso sistema de adução, designadamente retirando da Nacional 10-1 um conjunto de infraestruturas que lá estão há 50 anos e que naturalmente hoje têm que ser pensadas e intervencionadas de outra forma.

O objetivo é modelar, definir traçados e no futuro iniciar processos de reabilitação ou construção de novas infraestruturas.

A Etar da Mutela e do Portinho irão ser fortemente intervencionadas, agora concluímos a remodelação e modernização da Quinta da Bomba e do Valdeão. A Mutela e o Portinho pelos 12 anos de intervenção naturalmente começam a ter necessidade de forte investimento.

Tudo indica que teremos condição também no próximo ano de avançar com a segunda fase da ETAR do Valdeão. Tivemos na última visita do Sr. Ministro do Ambiente, na inauguração das obras da Quinta da Bomba a informação de que nos tinha sido, como é justo que assim fosse, reconhecido a Candidatura da 1ª Fase do Valdeão. Nós avançámos com as obras do Valdeão com dinheiro municipal, mas se chegar esse dinheiro da Candidatura do Valdeão, teremos condições em 2017 para avançar para a 2ª fase. A 2ª fase é também uma obra de grande importância.

Avançámos com melhorias nas condições de trabalho no edifício sede e avançaremos com um conjunto de obras de Almada Velha que estão em curso e que destacam a obra mais importante que em princípio estará concluída em março, que é a reabilitação das infraestruturas da Luís de Queirós, obra já no terreno e que pretendemos acompanhar.

Também ontem foi feita aqui a pergunta relativamente à Adutora de Murfacém, dizer que a Adutora de Murfacém está adjudicada, a obra iniciar-se-á nos próximos dias e terá conclusão também no 1º Trimestre de 2017. Destaque ainda para o sistema de gestão integrado, desde já deixando um convite a todos os que nos ouvem, no dia 20 de dezembro às 9H30 no Fórum Romeu Correia teremos uma Sessão Pública de Apresentação da Certificação do Sistema de Gestão Integrado do SMAS de Almada, que estamos a trabalhar há alguns anos e após uma auditoria externa que ocorreu em setembro por todos os serviços, estaremos em condições de apresentar os resultados e expectativa que temos é de certificação dos Serviços Municipalizados no Sistema de Qualidade, na Gestão Patrimonial de Infraestruturas, no Plano de Segurança da Água, no Ambiente, na Segurança, na Saúde e Bem-Estar no Trabalho e no Compromisso Social e Organizacional. Se assim for, seremos a primeira entidade do País com um sistema de gestão integral com esta dimensão certificada.



Nalgumas áreas seremos mesmo a primeira entidade a ter certificação, designadamente na Gestão Patrimonial de Infraestruturas e no Plano de Segurança da Água, ninguém tem essa certificação.

Em 2017 será a implementação destes programa com a responsabilidade que resultará dessa certificação.

Avançaremos também para áreas de gestão direcionada para as questões da energia e também para os atendimentos e para a direção que constam como prioridades da melhoria dos nossos trabalhos.

Relativamente também ao Plano de Sistemas de Informação, designadamente repensar todas as plataformas informáticas, a sua articulação e definir um plano estratégico a médio prazo relativamente a estes aspetos.

Também realçava a continuidade do trabalho relativamente a quatro grandes projetos de inovação, trabalhamos com as Universidades Nacionais e Internacionais, o nosso projeto de reutilização de águas residuais urbanas tratadas, a ARUT que em 2017 pretendemos ter o plano estratégico em condições de aprovação.

O IAFLUI que trabalhávamos com o LNEC e outras entidades que terá condição também de ser aprovado relativamente às aflúências indevidas. O IPERDAS que avançaremos com grandes obras de criação de zonas de mediação e controle de gestão de pressões de rede e a implementação do projeto piloto da telecontagem na zona da Aroeira. O PROTEUS que está em forte desenvolvimento internacional e que os SMAS são a entidade que fará a aplicação do protótipo. Em 2017 começaremos a instalar nas redes de água e saneamento o sistema de medição e de controlo que está a ser elaborado pelas Universidades de Portugal, França, Itália e Grécia.

A sensibilização ambiental designadamente com os parceiros do “Beba Água da Torneira” avançará.

Continuaremos a desmaterializar os processos, avançaremos com o compromisso do reconhecimento do direito do abastecimento sem interrupções e o trabalho que fazemos e o compromisso que temos com os nossos utentes.

O reforço das redundâncias e avançamos com o abastecimento móvel em articulação com os nossos Bombeiros.

Forte ligação a todas as Comissões Técnicas do Setor da Água. Estamos em todas as representações da APDA e de outras estruturas do setor. Avançaremos com o reforço da produção de energia. Agora concluímos a obra da ETAR da Quinta da Bomba, vamos acrescentar condição de cogeração ao nosso sistema, mas também relativamente à colocação de fotovoltaicos em equipamentos e áreas de intervenção municipal.

Continuaremos a trabalhar no sentido de reforço das condições de trabalho dos nossos trabalhadores, designadamente aprovando o programa para o projeto da segunda fase das Oficinas Gerais que temos como objetivo avançar. Toda a política de apoio familiar, de apoio aos carenciados será mantido pelos Serviços Municipalizados, como é prática municipal. E estaremos muito atentos às candidaturas a Fundos Comunitários para as áreas de intervenção de gestão do círculo urbano da água. Está muito atrasado o processo de abertura de avisos, era suposto que em 2016 se tivesse avançado muito,



avançou-se muito pouco. A expectativa que temos é que 2017 haja condição de nos podermos posicionar relativamente a algumas dessas candidaturas.

Relativamente ao Orçamento o Sr. Presidente da Câmara Municipal já o referenciou, o Orçamento é 29,7 milhões de euros. Com a revisão em abril reforçaremos como é habitual algumas componentes da nossa intervenção, mas ainda assim teremos condições para avançar desde o primeiro dia do ano com um forte investimento que está calculado em 8,2 milhões de euros. Penso que o Sr. Presidente também ao dar-me a palavra pressupôs que eu falasse sobre os dois Mapas de Pessoal. Se entendi bem e queria dizer que relativamente ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados é um Mapa de grande semelhança ao nosso Mapa em vigor, 479 trabalhadores é o que temos, 551 lugares em dotação e o objetivo é recrutar 30 trabalhadores para os Serviços Municipalizados.

Nós temos referenciado isso, nós precisamos de ter à volta de 500 trabalhadores, temos 479 precisamos de 500. O objetivo é chegar ao final do ano se possível com 509 trabalhadores, fazendo o recrutamento de 30. Nos 30 trabalhadores temos aqui nas áreas técnicas um reforço de 14 trabalhadores e nas áreas operacionais também a continuação do reforço das nossas brigadas com 13 trabalhadores.

Relativamente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, uma dotação de 2011 lugares, sendo que é conhecido uma permanência de vínculo forte na nossa Câmara Municipal em CTTI, 1605 postos de trabalho por tempo indeterminado é assim que recrutamos os trabalhadores e o objetivo do nosso Mapa de Pessoal é preencher com novos postos de trabalho 143 recrutamentos, com o objetivo de reforçar a nossa equipa com 133 postos de trabalho. Dos 133 postos de trabalho queria destacar as componentes técnicas, 19 técnicos, 31 assistentes técnicos, 15 fiscais municipais. Nós temos feito para reforçar estes fiscais municipais, não temos conseguido, não há formação nacional para fiscais municipais, o CEFA deixou de o fazer há uns anos e continuando a haver o requisito de que as pessoas tenham formação, há um vazio nacional relativamente a isso. Vamos agora ver uma vez que não conseguimos dentro da Administração Pública trabalhadores com formação para reforçar a nossa equipa, vamos abrir todos, traremos aqui em breve a proposta de abrir concurso nacional fora da Administração Pública e dentro da Administração Pública para ver se conseguimos recrutar. E 78 assistentes operacionais no imediato, também considerar 98 postos de trabalho para as necessidades sazonais como é habitual para a questão das limpezas das nossas praias e da intervenção que temos que fazer no território também nas áreas da Floresta.

Aqui sublinhava o objetivo de continuar a recrutar para já 143 trabalhadores, precisamos deles, precisamos que as respostas municipais tenham as equipas fortes.

Voltando ao Plano e Orçamento dos SMAS certamente verificaram que dá uma panorâmica do trabalho para 2017, constando:

Em 2017 concluiremos o ciclo de gestão democrática em curso e registaremos, após consulta ao povo, o início de novo mandato autárquico.



Assim, o ano decorrerá com normalidade da intervenção, assegurando os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS de Almada) as áreas e os trabalhos inerentes à gestão integral do ciclo urbano e aos projetos de modernização e eficiência em curso.

O plano de investimentos, em concretização plurianual, decorrente dos planos estratégicos da água, das águas residuais e da gestão de infraestruturas, definido para 2013-2021, será concretizado na parte relativa ao ano civil. Assim, destacamos as obras de modernização e reabilitação dos reservatórios do Cassapo, do Raposo, do Feijó e do Pragal. Concluiremos o projeto de modelação e traçado das adutoras com origem em Vale de Milhaços e em Corroios e destino aos reservatórios do Feijó, do Raposo, do Monte de Caparica, do Lazarim e do Pragal, promovendo a eficiência do sistema "em alta".

Lançaremos novas obras de reabilitação de equipamentos das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Portinho da Costa e da Mutela. As obras do edifício sede avançarão com a criação de melhores condições de trabalho para os serviços administrativos, técnicos e de atendimento. A melhoria do desempenho ambiental, energético e de conforto do edifício sede será a prioridade.

Concluiremos a renovação das redes de água e saneamento da rua Luís de Queiroz à av. Rainha Dona Leonor e a adutora FCT - Murfacém com abastecimento no percurso. Asseguraremos a construção de novo furo profundo.

Igual destaque para a preparação de candidaturas a fundos comunitários do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a reabilitação e modernização de equipamentos e construção de redes. Neste caso, apresentaremos candidatura para a Estação Elevatória da Costa de Caparica; para as redes da Banática e Porto Brandão; para a 2.ª fase da ETAR de Valdeão; e diversas áreas de eficiência energética.

Garantiremos a gestão e manteremos todas as ações decorrentes da implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas áreas e subprojetos em curso: qualidade, patrimonial de infraestruturas, segurança da água, ambiental, segurança, saúde e bem estar no trabalho e de compromisso social e organizacional.

Iniciaremos novas áreas de gestão, de acordo com as Normas ISO aplicáveis, de que destacamos: o sistema de gestão de energia, articulando-o no SGI e criando gestores descentralizados e avançaremos com as normas de certificação para os atendimentos e faturação.

Asseguraremos a elaboração do plano estratégico dos sistemas de informação, integrando todas as dimensões informáticas dos SMAS de Almada.

Desenvolveremos uma intensa atividade de gestão dos projetos de inovação em curso, com destaque para:

ARUT (Reutilização de Águas Residuais Urbanas Tratadas) – com arranque dos novos sistemas de desinfecção na Quinta da Bomba e Valdeão e conclusões técnicas sobre a modernização do sistema de desinfecção na Mutela. Prioridade à reutilização de águas tratadas nos processos e espaços das ETAR.



Continuidade nos trabalhos de elaboração do Plano estratégico de uso de águas residuais tratadas. iAFLUI (Iniciativa Nacional para Controlo de Afluências Indevidas) - manteremos o trabalho da equipa participando no projeto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

iPerdas (Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas) - continuará a ser implementado com a criação de zonas de medição e controlo (ZMC) e gestão das pressões no sistema. Daremos novos passos na concretização do projeto piloto da telecontagem com contadores inteligentes.

Proteus (AdaPptive micROfluidic and nano-enabled smart systems for waTEr qUality Sensing) - continuará a decorrer em 2017, estando previsto instalar os vários protótipos nas redes, em caixas existentes e novas preparadas para o efeito cobrindo o ciclo integral da água.

Prosseguiremos e aprofundaremos a nossa relação com as instituições na área do compromisso social e de sensibilização ambiental. Valorizaremos e divulgaremos as boas práticas de uso da água e do sistema de drenagem das águas residuais.

Iremos manter as celebrações dos dias da água e do saneamento, envolvendo as instituições na defesa dos princípios ambientais, de bom uso dos equipamentos e das boas práticas de consumo.

Desenvolveremos permanente ação de garantia dos direitos dos utentes, promovendo comunicação atempada das obras programadas, informação sobre direitos e deveres contratuais, explicação da fatura e formas céleres de comunicação e resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação.

Manteremos com todas as juntas de freguesia o atendimento de proximidade para resposta presencial aos utentes.

Aprofundaremos o projeto ambiental Beba Água da Torneira (BAT), assegurando a sensibilização e relação com todas as entidades aderentes e aprofundaremos a fase "eu bebo". Estaremos presentes no festival "Sol da Caparica" e em festas locais das freguesias com o stand institucional e atividade de sensibilização ambiental.

Continuaremos a aprofundar a ação de modernização das práticas internas, com destaque para a desmaterialização dos processos, a simplificação dos procedimentos administrativos e desmaterialização de arquivos, incrementando o uso das ferramentas e programas informáticos em todas as áreas de intervenção.

Manteremos o princípio do abastecimento sem interrupções de água às populações, continuando a construir soluções de redundância em especial nos reservatórios primários e projetando um abastecimento móvel para situações de emergência.

Celebraremos acordo com as Associações de Bombeiros Voluntários para garantia do abastecimento móvel, de acordo com as boas práticas do plano de segurança da água para consumo humano.

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido, prosseguiremos o estudo dos perímetros das captações, trabalho desenvolvido pelos SMAS de Almada para os municípios de Almada, Seixal e Sesimbra.

Asseguraremos forte ligação às universidades, às comissões técnicas e a projetos de parceria, promovendo a inovação e a eficiência nos processos de gestão.



Avaliaremos a instalação de centrais fotovoltaicas em espaços e equipamentos municipais, contribuindo para a redução dos custos de energia.

Iniciaremos a produção de energia por cogeração da ETAR da Quinta da Bomba. Promoveremos programas de redução de energia em grandes equipamentos, pela substituição por equipamentos mais eficientes e pela adequada manutenção preventiva.

No plano dos recursos humanos, estabilizados os efetivos com os recrutamentos efetuados nos últimos dois anos, prosseguiremos uma gestão adequada da força de trabalho às exigências da prestação de um serviço público de qualidade, contribuindo para a contínua melhoria das condições de trabalho, qualificando instalações, postos de trabalho, refeitórios e outros espaços comuns.

Manteremos a política municipal de valorização das carreiras dos funcionários municipais, implementando as mobilidades intercarreiras e lutaremos pelo descongelamento das progressões e valorização remuneratória.

Daremos continuidade à concretização do plano de formação dos trabalhadores. Implementaremos diversas valências do projeto “Portal do Trabalhador”.

No plano do orçamento, os SMAS de Almada, entidade com autonomia administrativa e financeira, apresentam para o exercício de 2017, um orçamento global de 29.753.918,72 euros.

O equilíbrio financeiro será mantido com uma receita própria de 25.343.918,72 euros, sendo de 22.097.170,00 euros a receita corrente e de 20.429.980,83 euros a despesa corrente e um investimento previsto de 8.267.281,89 euros, dos quais 3.430.907,89 euros com financiamento definido e 4.836.374,00 euros com financiamento não definido.

Tendo presente os objetivos apresentados, os Serviços desenvolverão ações e projetos que decorrem das Linhas de Orientação que em seguida apresentamos.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Maria d’Assis, Maria Odete Alexandre, Pedro Matias, Paulo Viegas, Carlos Guedes, Carlos Revés, José Joaquim Leitão, António Pedro Maco, Pedro Oliveira, Luísa Ramos e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, no início deste debate e antes de entrarmos numa fase de intervenções mais aprofundadas e mais estruturadas, pegando nas suas palavras que me parecem positivas, pelo menos para lançar o debate, e quando disse temos contas equilibradas e isso permite-nos fazer coisas, isso leva-me à questão que lhe gostaria de deixar desde já de forma relativamente telegráfica para que depois possamos também desenvolver mais á frente no debate e o Sr. Presidente pegando nestas suas palavras foi buscar um conjunto de propostas que segundo as suas mesmas palavras terá acolhido, ou no caso a maioria terá acolhido de propostas feitas pelas diversas forças aqui representadas nesta Assembleia. Um princípio positivo, nada a apontar, mas eu gostaria de lhe deixar uma pergunta muito concreta. Uma das propostas é uma bandeira emblemática que o PSD há muitos anos tem apresentado junto do Executivo Camarário e nesta Assembleia, que é a criação de um parque tecnológico



empresarial na Caparica, associado a uma força que é uma Cidade do Conhecimento, que é a Faculdade de Ciência e Tecnologia, e a minha questão é muito simples, qual é a dotação que está no Orçamento para estes estudos? Qual é o calendário da sua execução? Quando é que a Autarquia planeia apresentar os resultados desse estudo? E que calendário é que projeta neste Orçamento para que se possa não só a seguir à apresentação criar já condições para avançar para a sua concretização?”

6.2.2.2 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria d’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu ia colocar aqui algumas questões que têm a ver com as interrupções letivas, tem a ver com o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades, com umas questões relativas à habitação e depois tinha por fim duas questões que gostaria de clarificar.

Relativamente às interrupções letivas, de facto as grandes Opções do Plano apontam para a dinamização de atividades socioeducativas no período das interrupções letivas, atividades essas que este ano foram implementadas. Eu tenho acompanhado, sei que tem abrangido muitas crianças e jovens do Concelho, sei que houve um passo positivo na priorização da criança do 1º escalão. Quer dizer houve uma priorização das crianças com menores rendimentos, houve a integração das crianças com deficiência, eu não estou na crítica porque eu acompanho e sei os percursos e as evoluções que se têm feito. Não obstante quero dizer que é ainda manifestamente insuficiente na medida em que o acesso a estas atividades, as atividades são mais em meio urbano, citadino e a nível das crianças dos bairros sociais ainda a acessibilidade é muito diminuta. Eu sei porque nós também temos orientado crianças, mas eu sei o acesso.

No que respeita a crianças com deficiência, pese embora eu sabia que a nível destas atividades socioeducativas têm sido integradas algumas crianças, mas também é uma gota de água num oceano de necessidades.

Eu quero aqui lembrar, e eu sei que a autarquia quando solicitada tem correspondido na criação de atividades socioeducativas por iniciativa das instituições sociais, mas eu penso que é algo que tem que ser também dinamizado, uma descentralização destas atividades por todo o Concelho.

E quero aqui voltar novamente com a questão das unidades multideficientes, penso que os miúdos já têm os seus problemas de deficiência, os pais são duplamente penalizados, também tenho aqui que dizer que melhorou consideravelmente o transporte das crianças, que sempre que há uma avaria já há sempre uma alternativa, mas penso que tem que se repensar o funcionamento das unidades de multideficiência no período das interrupções letivas. A exemplo do que acontece nas AFS, no âmbito do pré-escolar da rede pública, de facto foram dados passos e neste momento os miúdos não são abrangidos no mês de agosto, porque de resto nos outros períodos são abrangidos.

Depois queria aqui colocar sobre o Plano Municipal da Promoção das Acessibilidades. É um plano que está feito desde 2013. É um plano que previa etapas para a resolução das acessibilidades, eu até ao momento desconheço de certo modo porque eu até tive o cuidado de ir ver os relatórios 2014, 2015 e



não é visível o que foi feito, porque ele tinha etapas mas eu desconheço o que foi feito durante esse período. Este ano eu fui uma das pessoas que fui a várias iniciativas no âmbito do Congresso Almada, estive pelo menos em duas em que a intervenção do público foi muito contundente da necessidade urgente de melhorar as acessibilidades, eu estive num desses fóruns em que houve um compromisso público de melhorar as acessibilidades nos edifícios públicos e ao nível dos edifícios na área da saúde e nos transportes públicos eles constam, embora as GOPES tenham propostas muito genéricas, neste caso até estão discriminadas, mas eu quando fui fazer a ponte com a parte do Orçamento vejo que só está priorizado para 2017 20 mil euros. Eu não sou arquiteta, não sou engenheira, mas acho manifestamente insuficiente para a proposta que, para as intervenções, para o plano que foi feito a este nível.

Relativamente ainda ao plano das acessibilidades, ele previa em termos das praias, criar as acessibilidades em termos da frente urbana e em termos da praia da Rainha. A praia da Rainha já se iniciou mas ainda não foi concluído, faltam os lugares ou então estou muito enganada, não fui. Não fui, por acaso era para ir, mas com o tempo assim não consegui lá ir, se lá estão já os lugares para as pessoas com deficiência.

Relativamente à frente de praias penso que com o Sol da Caparica era importante que houvesse uma praia que fosse acessível a todas as pessoas.

No que respeita à habitação, quero aqui mostrar o meu agrado pela descentralização do atendimento às famílias no que respeita à habitação. As famílias em vez de se dirigirem às instalações dos Serviços da Habitação, há uma preocupação da descentralização do atendimento ao nível do Concelho e isso é louvável, porque é assim um atendimento de proximidade é isso que se faz. No entanto penso que há que, também esta descentralização tem que ser seguida com uma maior articulação com os técnicos que operam nos diferentes territórios, no sentido da identificação das situações de emergência e também quero aqui reforçar a necessidade da conclusão do regulamento para atribuição de fogos sociais que é um instrumento que urge para clarificar, definir procedimentos e penso que é uma situação que só vem ajudar aos técnicos que operam nos diferentes territórios em termos da Câmara.

Agora questões para clarificar. Gostava que o Sr. Presidente me clarificasse já o falou, mas eu quero entender antes de fazer o meu juízo, tem a ver com a parte, gostaria de perceber “dinamizar associações e comissões de moradores corresponsabilizando na requalificação social dos bairros”, gostava de perceber que tipo de apoios, que tipo de atividades, intervenções, como é que isso vai ser feito, porque é algo que me interessa, e portanto interessa se calhar a muitas pessoas deste Concelho.

Depois gostaria de perceber “estudar a criação de uma lavandaria municipal para apoio a idosos com 65 anos ou mais, economicamente carenciados”, isto deixa-me, gostava de perceber, não estou a dizer que seja, mas gostava de perceber, até porque já existe uma lavandaria do idoso que é iniciativa de instituições do Concelho. A uma Autarquia compete apoiar a sociedade civil e as iniciativas das associações locais e não a sobreposição de atividades. Eu sei que a lavandaria está a atravessar uma fase difícil, mas se calhar é competência do Município apoiar a lavandaria para se ultrapassarem estas



dificuldades, porque eu tenho algum receio que a criação de uma lavandaria municipal venha sufocar, caso seja esse o propósito, porque aconteceu também em termos das piscinas municipais, que as novas piscinas municipais são muito melhores e isso tudo, mas sufocaram muitas da iniciativa privada e as das associações tiveram que encerrar.

Também gostaria de perceber sobre a criação de cooperativas para a prestação de serviços para pequenas reparações domésticas, lembrando de facto de que existe um serviço desses em termos do Concelho, que até teve o apoio inicial da Autarquia. É um serviço que está subaproveitado, está sub-rentabilizada e nesse sentido já houve corresponsáveis da Autarquia, nomeadamente o Sr. Presidente, porque todo o estudo leva a verificar que o pagamento é em função dos rendimentos e percebemos que os utentes, os idosos com menores rendimentos não têm tido acesso e nós até propusemos para rentabilizar este serviço, e até para chegar aos utentes com menores rendimentos que a própria Autarquia pudesse subsidiar situações de maior carência. A situação que eu referi da sobreposição de serviços ou, acho que se coloca também nesta questão. De todos os modos gostaria de ver estas questões clarificadas.”

6.2.2.3 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quem lê estas Opções do Plano não afirmará que estamos em ano de eleições Autárquicas. Este Plano é um pouco sensaborão, não tem energia, não tem otimismo. Vá lá que termina bem, está disponível, ou melhor assegura todas as diligências para cooperar com o Governo na criação dos Julgados de Paz. Uma ambição com tantos anos como a Loja do Cidadão. Mas ideias novas não há. Não há aqui uma novidade que empolgue, que nos arrebate. Seria contudo injusta se não destacasse por exemplo na página 23 a intenção de concretizar projetos de promoção de acessibilidade a pessoas com problemas de mobilidade e a sua divulgação à população, porque muitas vezes o que faz falta é avisar a malta. Continuamos à espera do transporte dedicado às zonas de resposta em saúde e neste Plano não se contempla essa solução. Já percebi que não se desistiu, mas o Plano é omissivo em relação a esse assunto.

Na página 27 o último ponto do eixo 4.3 é-nos prometido que vai ser adquirido software para o curso profissional de turismo. Mas parece não fazer sentido toda a proposição que se lhe segue. Eu gostava de ver essa questão esclarecida. Página 27, eixo 4.3.

Aplaudo a intenção de desenvolver e acolher nas Casas Municipais da Juventude uma oferta formativa não formal e informal, diversificada para capacitação pessoal vocacional e enriquecimento extracurricular dos jovens. Já fazia falta que estas casas não se destinassem quase exclusivamente a atividades lúdicas. Mas no ponto 4.6 em que se aposta promover a frequência do ensino superior, a investigação académica e a iliteracia científica visando a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à produção de conhecimentos, falta sem dúvida uma entrada que nos diga que as Bibliotecas vão estar abertas em horário compatível com a necessidade dos estudantes e isso não está



mencionado no Plano e não de acordo com os horários da Função Pública, fechando mesmo à hora do almoço, que é uma coisa inacreditável num Concelho como Almada Cidade Educadora.

Quem quer executar a medida atrás descrita não pode praticar horários para gente pouco preocupada, os estudantes precisam de horários fora das suas horas letivas. Saúdo a intenção de promover a criação de uma residência estudantil, como é referido na página 33. Saúdo igualmente a intenção de abrir as Casas Municipais da Juventude para a utilização pública de internet, isso já aconteceu em tempos e depois foi cancelado. Volto a repetir que os horários de abertura destes equipamentos tal como dos equipamentos culturais, museus, palácios, etc., têm que forçosamente ter um horário de funcionamento que não sirva apenas os funcionários, mas que tenha em conta os períodos de maior procura, nomeadamente alguns feriados e fins de semana. Mas para isso temos um Executivo Camarário decerto está consciente destas necessidades.

Finalmente e com surpresa vejo que o 6.6, na página 45 já vai dar execução ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Levámos este Mandato a pedir, a suplicar mesmo que tal Plano visse a luz do dia. Agora que já foi experimentado no simulacro de há algumas semanas atrás, espero que ele venha à Assembleia Municipal para ser aprovado, ou vamos ter que ter mais um Mandato para lhe dar execução?

Também o tempo de resposta e resolução de reclamações, queixas, denúncias e pedidos, formulados pelos munícipes, está previsto ser reduzido, pela otimização dos circuitos e simplificação dos procedimentos. Diz o Plano na página 48, será que vai ser mesmo assim? Pena que a avaliação deste Plano seja já fora deste Mandato.”

6.2.2.4 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Partido Socialista queria fazer aqui uma intervenção sobre este documento das Opções do Plano para 2017, isto é um documento muito extenso, é um documento que tem aqui os 7 eixos estratégicos. É muito extenso mas também tem muitas questões aqui, muitos chavões e nós também não percebemos qual é o caminho a seguir, algumas intenções a gente percebe, mas é preciso que isto fosse um pouco mais fino, para nós também entendermos qual é o caminho para 2017 e também para os próximos anos porque há coisas aqui que não vão terminar em 2017, vão continuar para o próximo Mandato. Mas este documento de Opções do Plano para 2017 marcam de forma indelével aquilo que tem sido todo o trajeto deste Executivo Municipal. Nós hoje vamos para o último ano do Mandato e temos presente que este documento é igual ao primeiro e que foram 4 anos perdidos e aqui reflete um documento sem ambição, e reflete um pouco aquilo que a Sr.^a Deputada Odete Alexandre dizia, é sem sabor e eu até ia um pouco mais longe. Parece-me que este Executivo está esgotado. Se nós olharmos para o primeiro documento e para este, nós aprovámos de 2013 para 2014, a maior parte dos documentos são copy paste. Continuamos aqui a trabalhar ainda com algumas ideias, mas parece-nos que é muito pouco para um Mandato e na nossa opinião e na opinião do Partido Socialista são 4 anos perdidos para o Concelho. O Concelho precisava de ser relançado, precisava de entrar num mapa em



muitas áreas, precisava de uma intervenção muito mais forte e muito mais virada para aquilo que é toda a parte do crescimento económico dentro do Concelho, parece-nos que também aqui continuamos a falhar bastante nesta área.

Mas poderia também intervir nos 7 eixos e poderia ser bastante fastidioso estarmos aqui a falar sobre muitas questões, mas há aqui uma questão que não posso deixar de lhe perguntar, duas. No fundo a primeira tem a ver com o que se passou hoje nesta Assembleia na fase inicial da intervenção do público e que tem sido recorrente. No fundo a cada Assembleia que passa, que é a deterioração do espaço público. A deterioração do espaço público neste Mandato aumentou significativamente, isso é notório, cada vez que vem aqui um cidadão falar essa é uma constante, quase em todas as Assembleias Municipais. E há aqui uma questão que cada vez é mais relevante, que é a requalificação da rede viária no Concelho. Eu tive a oportunidade de ver e penso que a maior parte das pessoas que circula no Concelho viu este outdoor no Centro Sul, dos 51 km de repavimentação, 4 milhões de euros de investimento, 2016-2018. Sr. Presidente, este outdoor e aquilo que nos propõe a fazer, 51 km em 3 anos, para aquilo que são as necessidades do Concelho é muito pouco ou quase nada. Eu percebo e a única justificação plausível deste outdoor e este encarte depois no documento do Boletim Municipal é de um panfleto apenas propaganda. Só exclusivamente. Porque se não fosse assim era risível, nós temos o estado da rede viária do Concelho num ponto completamente nunca antes visto. Vamos para o último ano de Mandato, o Sr. Presidente diz-nos mais 51 km em 3 anos, 2016, 2017 e 2018 porque se somarmos 2013 até agora, se dividirmos por estes anos todos então temos que ir todos embora, ou temos que dar uma mãozinha à Câmara para requalificar a rede viária. Esta era a primeira questão.

A segunda questão e penso que aqui a Sr.^a Vereadora Amália Pardal, não sei se tem esta informação, mas se não tem nós depois também podemos numa próxima reunião perceber qual é que era o número de operações urbanísticas de reconversão de Augis concluídas neste Mandato? Fala-se muito em questões, as concluídas e aquelas que estão por concluir, porque nós temos que saber o que é que foi concluído até agora e qual é a dimensão das Augis no nosso Concelho. Isso era importante também se nos puder esclarecer hoje tudo bem se não fica para uma próxima Assembleia.”

6.2.2.5 – O Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Da leitura deste documento resulta-nos uma questão que na nossa opinião é relevante e que se prende designadamente com algo que está aqui escrito em termos estratégicos e que é afirmado pela Câmara, qualquer coisa como promover o desenvolvimento turístico no Concelho será uma coisa mais ou menos nesse género.

Ora bem, acontece que ao longo dos anos sistematicamente tem sido apresentado em Plano de Atividades a questão da rua dos Pescadores e neste momento a rua dos Pescadores não aparece em Plano de Atividades, pelo menos da leitura que nós fizemos não consigo verificar.

Quando se diz que se quer desenvolver em termos turísticos o Concelho, estamos a falar de uma via pedonal do principal ponto turístico do nosso Concelho, é uma espécie de cartão de visita da Costa da



Caparica que está num estado lastimável, absolutamente lastimável. Este ano inclusivamente era tantos os buracos que a Junta de Freguesia teve que andar a tapar uns buracos para as pessoas não caírem, porque as pessoas andavam a cair nos buracos da rua dos Pescadores, isto é verdade. E nesse contexto de desenvolvimento turístico a principal via pedonal da Costa da Caparica, cartão de visita do nosso principal ponto turístico não estar neste momento em Plano de Atividades, parece um bocadinho paradoxo que se velha depois falar em desenvolvimento de qualidade de turismo neste Concelho. E a nossa questão é essa, o que é que se passa relativamente à rua dos Pescadores e quais são as intenções em relação a essa via.”

6.2.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda respondendo diretamente ao repto lançado pelo Sr. Presidente da Câmara em relação ao Metro Sul do Tejo, o Bloco de Esquerda como o Sr. Presidente sabe, no documento que entregou, no documento que normalmente entregamos nesta altura do ano ao Executivo, consignava precisamente o prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, mas consignava também a supressão da duplicação dos TST que sobrecarregam e degradam o eixo central da Cidade e também em zonas como o Laranjeiro, por exemplo. Mas respondendo diretamente ao seu repto, aqui estamos sim e ao lado das intenções da Autarquia e daquilo que nos parece ser também a vontade legítima das populações.

Em relação aos documentos que temos hoje que discutir e votar o Bloco de Esquerda anunciou sem qualquer problema e já nesta fase da discussão que irá abster-se, pois não encontra por um lado motivos suficientes para mudar o sentido do seu voto em relação àquilo que foi o passado, e não encontra também motivos para votar contra, tendo em atenção que algumas das nossas propostas e algumas coisas que nós também defendemos estão contidas neste documento. No entanto e começando pela parte que nos leva a não poder votar contra este documento, o Bloco de Esquerda tem sido ao longo dos anos muito crítico em relação à lentidão na evolução do processo de Revisão do PDM, continuamos a achar que o processo não está a correr bem e continuamos a achar que necessita de uma maior atenção por parte do Executivo, por forma a permitir que a discussão pública seja de facto uma discussão participada por todas e por todos os que assim entenderem. O Bloco de Esquerda continua a sentir a falta nas opções desta Autarquia de um Orçamento Participativo que é um instrumento como outro qualquer de participação das populações, e que a nosso ver quando por esse País fora já se comemoram 10 anos e 5 de Orçamentos Participativos, em Almada continua a haver essa lacuna e que nós gostaríamos um dia num futuro bastante próximo poder utilizar.

Em relação às barreiras arquitetónicas nós não perspetivamos que haja uma solução ou que haja uma perspetiva de solução para breve, e continuamos a achar que o nosso Concelho tem graves lacunas nesta questão. Prendendo-se com esta questão a questão da semaforização sonora. Nós entendemos que é urgente que seja colocada semaforização sonora por todo o Concelho.



Em relação à questão de recolha dos óleos domésticos, tem sido uma reivindicação do Bloco de Esquerda há muitos anos, pelos vistos está em vias de se concluir. Vamos ficar a aguardar.

Por último uma questão que para o Bloco tem sido uma questão de princípio, que é a questão da utilização de voluntários nos Festivais promovidos pela Autarquia. O Bloco fez uma proposta concreta ao Executivo que era a de transformar esta experiência em trabalho com direitos, convocando para o efeito e dando-lhes prioridade os Voluntários e Voluntárias que participaram em edições anteriores deste Festival ou do outro onde foram utilizados. Esta proposta não foi aceite e nós consideramos que o que está aqui em causa é de facto um princípio que é o princípio de quem exerce uma função dever por ela ser condignamente remunerado e o exemplo, exemplo que nós sabemos bem que por este País fora, em Feiras do Livro, nos mais variados certames deixaram de ser contratadas pessoas para desenvolver determinada tarefa para passar essa tarefa a ser desenvolvida por voluntários. Não é um bom exemplo que esta Autarquia está a dar para o futuro.

Passando então a algumas questões que nós gostaríamos de levantar. Na página 2 das Opções do Plano, no 1.5 “Promover o desenvolvimento da Trafaria, assumindo como vetores fundamentais a realidade social e a preservação e valorização do património histórico, cultural e ambiental do território”. São depois enunciados 5 pontos por forma a levar a efeito esta intenção, mas e nós parece-nos pouco e gostaríamos de ter mais alguma informação sobre de que forma é que se promove o desenvolvimento da Trafaria, sabendo nós que a Trafaria como outras localidades ali vizinhas têm estado sujeitas ao longo dos anos às mais variadas maldades por um lado e abandono por outro, embora nem todo esse abandono se deva inteira responsabilidade da Autarquia, como todos nós sabemos.

Na página seguinte, na página 3, no 1.7 “Valorizar e desenvolver a zona ribeirinha Ginjal/Cacilhas, Almada e Pragal. Criar ligações a Almada, Santuário do Cristo Rei e Pragal Velho dando novas dinâmicas sociais, turísticas e culturais ao território”. Eu tenho a sensação que se não por estas palavras por outras palavras isto tem surgido correntemente nas intenções da Autarquia e tem sido correntemente, não queria dizer ignorado, mas pelo menos tem sido adiado para melhores tempos.

Na página 5, 1.14 apenas a primeira fase da recuperação da Ex-Estrada Nacional 377 está calendarizada. Eu recordo que estivemos alguns presentes na sessão em que isto foi discutido e apresentado na Charneca de Caparica e foi-nos dito que a primeira fase começaria até ao final do mês de novembro de 2016. Terminou hoje e não nos foi dito mais nada sobre as restantes 5 fases, que são 6 fases, se a memória não me atraiçoa. Tendo em conta que é uma via estruturante daquela localidade, tendo em conta a importância que tem, para nós ontem já era tarde. A coisa estar devidamente calendarizada e sabermos quando começa e quando termina, por muitas dificuldades que eu perceba que isso tenha, acho que não é impossível dar aos cidadãos esta informação e às cidadãs, dizendo que a primeira fase vai começar em dia tal ou já começou, terminará em dia tal. Mas dizer aqui “Assegurar todos os procedimentos necessários à execução da primeira fase da obra” é manifestamente pouco, no nosso entender.



Passando para o eixo 5, página 34, ponto 5.3 “Preservar e valorizar o património material e imaterial do Concelho, desenvolvendo projetos de salvaguarda, recuperação e divulgação do património cultural, edificado, documental, arqueológica, natural e paisagístico”, sabendo nós as práticas que têm sido levadas a cabo por esta Autarquia no que diz respeito ao património, principalmente ao património, isto levanta-nos muitas dúvidas e gostaríamos de saber de forma concreta, é que vai avançar com a valorização daqueles espaços na Cova da Piedade desde o Jardim até à zona da Mutela, como é que se vai resolver o problema da Quinta do Almaraz, como é que se vai resolver o problema daquele que é o património material da Câmara, julgamos nós que da parte do património imaterial a Câmara tem tido o cuidado de tratar da sua preservação.

Na página 39, 3.15 onde é expressa a intenção de executar a política municipal de habitação, contribuindo para o desenvolvimento social e habitacional no município, para a minimização das desigualdades sociais e para a melhoria da qualidade de vida. É depois desenvolvido num dos pontos presentes neste ponto, assegurar a manutenção e qualificação do parque de habitação social do município e as áreas envolventes dos bairros sociais que foram colocadas sob responsabilidade do município, com base no Plano Plurianual. Esta questão é da máxima importância para o Bloco e creio que todos nós e todas nós, porque quem vive naqueles bairros e quem por ali passa todos os dias apercebe-se da degradação a que tem chegado não só o edificado, os prédios onde as pessoas vivem, como também as zonas envolventes que estão votadas, em nosso entender, a um grande, grande abandono. A sujidade é muita. Um pequeno bom exemplo será quem passa pela parte exterior dos bairros vê uma coisa de facto bastante arranjadinha, tem uns espaços ajardinados, bonitos, mas passando essa parte a realidade é completamente diferente, precisa de facto de muita, muita atenção por parte deste Executivo, desta Autarquia.

Passando aquilo que o Bloco entende e numa primeira fase desta nossa intervenção, dizer que nós acompanhamos o que está no documento, nomeadamente na página 3, no 1.9 no que se refere à reabilitação urbana, entendemos no entanto a Câmara deve ter um envolvimento mais ativo no que respeita à reabilitação urbana.

No 1.12, na página 4 “Continuar a promover e colaborar em ações de carácter transitório nos territórios deprimidos”, e por territórios deprimidos entendemos aqui as Terras da Costa e o 2º Torrão, cuja reabilitação seja inviável em face da Lei ou dos instrumentos de gestão territorial vigentes, enquanto não é possível assegurar os mecanismos necessários à sua reafecção, designadamente nas Terras da Costa e 2º Torrão. Estamos de acordo, tem sido também uma matéria à qual o Bloco de Esquerda tem dado a máxima atenção, porque nós entendemos a importância que o turismo tem no nosso Concelho, mas também entendemos que as pessoas que cá vivem merecem ter uma vida digna e nas melhores condições possíveis. Portanto acompanhamos a intervenção da Autarquia nesta matéria.

Na página 11, no ponto 2.7 no que se refere ao sistema de parques agrícolas e hortas urbanas, tem sido ao longo dos anos uma proposta do Bloco de Esquerda, estamos de acordo e acompanhamos.



Na página 32, no ponto 4.18 embora esta seja uma matéria que nós acompanhamos, a questão do desenvolvimento das casas municipais da juventude, nós acompanhamos a vontade do Executivo nesta matéria e vamos estar muito atentos no que se refere áquilo que nós entendemos ser o subaproveitamento do chamado Ponto de Encontro em Cacilhas. Já falámos nisso ao longo deste Mandato e vamos estar atentos, porque entendemos que é um espaço que tem história e que pode continuar a ter, caso seja revitalizado, ou seja, reaproveitado para outras funções, embora no âmbito da juventude, naturalmente.

No ponto 4.20 onde se fala da promoção da criação de uma residência estudantil. Nós acompanhamos e estamos de acordo, agora gostaríamos de saber de que forma é que se vai concretizar e onde?

Ponto 4.21, promover a oferta de arrendamento habitacional para jovens. Também aqui nós acompanhamos, embora tenhamos dúvidas quanto à forma como isto se vai proporcionar e queríamos também alguns esclarecimentos nesta matéria.

No ponto 5.16, página 39 tem a ver com assegurar em parceria com as entidades locais e os moradores o acompanhamento e dinamização de projetos que estimulem a requalificação dos bairros e dos seus espaços exteriores, concorrendo para uma intervenção sociocomunitária. É uma proposta que o Bloco acompanha naturalmente, e entendemos que tudo o que seja um instrumento que aproxime as populações da decisão sobre o espaço que está mais próximo de si, é importante e daí também a nossa insistência na matéria do Orçamento Participativo.

No ponto 5.19, na página 40 dinamizar a implementação de projetos que visem erradicação da pobreza e da exclusão e a promoção do desenvolvimento social no Concelho, designadamente o Plano Municipal de Emergência Social e o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica, mais uma vez estamos completamente de acordo e acompanhamos o Executivo nesta vontade.

No ponto 5.21, aqui mais uma vez o nosso apoio total e completo no que diz respeito a apoiar e contribuir para a concretização de projetos relativos a cidadãos imigrantes. Tudo o que possa ser feito para integrar da forma mais inclusiva possível todos os cidadãos e cidadãs que escolhem o nosso País para desenvolver a sua atividade profissional ou outra, merecem o nosso apoio. E neste momento é tudo.”

6.2.2.7 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ao longo dos últimos anos, e não obstante as políticas de direita extremamente gravosa para os Municípios, da limitação da autonomia do Poder Local Democrático e do cerceamento da sua capacidade de gestão a todos os níveis, profundamente agravadas pelo anterior Governo do PSD/CDS-PP, tem sido possível ao Município de Almada apresentar documentos de planeamento e previsão orçamental que permitiram a Almada manter um nível invejável, tanto no campo do desenvolvimento das atividades municipais, como da sua solidez económico-financeira.

Esta situação só foi possível fruto da gestão criteriosa, responsável e avisada que, desde há longos anos, tem sido levada a cabo pelos sucessivos executivos municipais, que criou as bases sólidas



necessárias para que, agora, o Município possa, com dificuldades é certo, mas ainda assim encarar e superar os desafios que se apresentam, sempre num coerente comprometimento com o programa eleitoral apresentado e sufragado pelos Almadenses.

Os documentos agora em apreço nesta Assembleia Municipal consubstanciam precisamente este comprometimento com os munícipes de Almada, complementando e completando o trabalho desenvolvido nos 3 anos anteriores do presente mandato.

Vivemos num contexto em que, não tão rápido como seria desejável mas ainda assim digno de nota e apreço, se vão invertendo algumas flagrantes injustiças cometidas contra as populações, os trabalhadores, as empresas e o próprio País, com a reconquista de direitos sociais, a devolução de rendimentos àqueles que mais precisam e a reposição de mais justiça e equidade fiscais, apenas para citar alguns exemplos.

Mas também com o início da devolução ao Poder Local Democrático da sua autonomia de decisão e gestão, com a assunção de que os Municípios, ao registar, nos últimos anos, sucessivos superávits orçamentais têm reduzido a sua dívida e contribuído para a melhoria das contas públicas, reforçando aquilo que tantas vezes repetimos de que não foram as autarquias a causar esta crise e, muito menos, a contribuir para o seu aprofundamento e continuação.

Importa portanto agora, enfrentar os danos causados pelos constrangimentos impostos e, com máxima urgência, dar resposta às necessidades e insuficiências por estes criada, resposta esta bem patente nas opções de reforço do investimento municipal na intervenção no espaço público, nas áreas da salubridade, vias de circulação, qualificação das redes de água e saneamento, entre outras.

Mas estes são igualmente documentos “abertos”, que dando corpo e cumprimento ao projeto político que mereceu a confiança das populações, incorporam não só contributos das forças políticas do nosso Concelho que, não estando em contradição com o projeto implementado, o complementam e reforçam, mas também incorporam os contributos das nossas populações ao incluir variadas sugestões decorrentes das conclusões do 2º Congresso Almada.

São documentos que evidenciam a clara aposta na continuação da consolidação e equilíbrio orçamentais, que continua e aprofundam o compromisso de redução da carga fiscal de responsabilidade municipal com mais uma redução na taxa do IMI e agora, também, com a redução da taxa de derrama municipal e a introdução de isenções nesta sede.

Tal nunca seria possível sem a já referida gestão criteriosa levada a cabo no município de Almada, sem a avaliação rigorosa dos efeitos que tais decisões inevitavelmente têm nas receitas municipais por forma a “não destapar os pés quando tentamos tapar a cabeça”, avaliação esta por vezes complicada de realizar pela, muitas vezes, inexistência de dados objetivos de base fiscal. Esperamos que, a ser implementada a obrigação por parte da Autoridade tributária de fornecimento de dados aos municípios, estas análises venham a ser mais facilitadas e assim se possam tomar decisões ainda mais fundamentadas e com maiores benefícios para os Almadenses.



Em suma, as Opções do Plano e Orçamentos da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada evidenciam uma intencionalidade política e programática assumida e uma elevada maturidade de gestão do serviço público, uma condução da “coisa pública” instrumentalmente esclarecida e focada a resultados, incorporando os interesses e direitos das gerações vindouras, respeitando os interesses e direitos da comunidade, dos utentes e dos trabalhadores, merecendo o total apoio da bancada municipal da CDU.”

6.2.2.8 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nesta fase da discussão, gostava de contribuir com duas ou três questões para podermos aprofundar as matérias que neste momento estão em análise.

A primeira questão e a título de questão que aqui coloco tem a ver com o equipamento cultural da Costa da Caparica.

O PS entende que é importante contribuir na medida do possível, para qualificar e reforçar o papel da Costa da Caparica não só como centro a que muitos se dirigem para usufruir das praias, dos espaços, das atividades que vão sendo desenvolvidas, mas também qualificar em termos de Concelho e da própria Área Metropolitana, e a existência de um equipamento cultural de referência que possa ser mais uma âncora para o desenvolvimento da Costa da Caparica, é no nosso entender de grandíssima importância e penso que esta opinião é partilhada pelo conjunto das forças políticas do Concelho. Nós tínhamos a convicção de que relativamente a este projeto se fariam estudos necessários durante o ano de 2016 e início de 2017 e que o ano 2017 seria o ano do lançamento da obra. Pelo que lemos no documento que está em análise não ficámos certos que assim seja e portanto aquilo que pedia era um esclarecimento, um aprofundamento da parte do Sr. Presidente que clarificasse o que é que nós podemos esperar durante o ano 2017 relativamente a este projeto.

Outro aspeto importante para o PS e não só para o PS, tem a ver com a participação e a transparência. No fundo a criação de novos espaços e novas modalidades de participação dos cidadãos na vida do Concelho. Existe uma referência que tem a ver com debates já desenvolvidos da Comissão de Desenvolvimento Local. Penso que é apresentado como uma possibilidade de desenvolver a participação e a transparência da atividade municipal. E portanto eu gostava que o Sr. Presidente pudesse aprofundar alguma coisa relativamente a esta matéria, nomeadamente o que é que existe em termos de perspetivas de participação individual dos cidadãos, se há a possibilidade de contribuírem com ideias individualmente, se há possibilidade de votarem em projetos ou se isso é feito de forma intermediada e por quem. E também qual é que é o envelope financeiro envolvido. Gostava que o Sr. Presidente desenvolvesse este tema.

E também no que diz respeito à participação e transparência, a questão do Orçamento Participativo Jovem. O Orçamento Participativo Jovem também é um projeto que o PS valoriza imenso, aliás foi aqui na Assembleia que foi aprovada uma proposta nesse sentido, apresentada pela Bancada do Partido Socialista e gostávamos de saber o que é que se perspetiva em 2017, qual é que é o cronograma



previsível, qual é que é o envelope financeiro envolvido, para podermos de facto ajuizar também do nosso grau de satisfação relativamente ao projeto aqui referido.

Finalmente e a terceira pergunta, e como disse esta minha intervenção é de pergunta, tem a ver com o seguinte, nós já referimos várias vezes aqui em vários momentos, em várias reuniões as questões relacionadas com vínculos precários ou instrumentos de contratação precários que existem um pouco por todo o País, e eventualmente no Concelho. Eu acho que não há nada pior do que não sabermos do que é que estamos a falar e portanto este é mesmo um pedido de esclarecimento. E aquilo que gostava que o Sr. Presidente me informasse na medida do possível, se não tiver os dados agora, que o faça posteriormente, é qual é que é a utilização pela Câmara Municipal dos contratos de emprego e inserção. A Câmara Municipal de Almada tem contratos de emprego e inserção, não tem contratos de emprego e inserção? A existirem onde é que se situam?

Há estágios na Câmara de Almada, a Câmara de Almada não tem estágios para jovens, estágios profissionais, como estão previstos no programa PEPAL? Tem, não tem? Níveis de empregabilidade, etc., etc..

Contratos de Tarefa e Avença, existem, não existem? Existindo há subordinação hierárquica, não há subordinação hierárquica? São atividades permanentes ou não são atividades permanentes? Eu estou a criar condições para a Câmara brilhar, não sei se repararam.

Relativamente à contratação a termo. A contratação a termo tem uma expressão ainda razoável na Câmara, a contratação a termo existe para postos de trabalho permanentes ou postos de trabalho temporários? E sendo para postos de trabalho permanentes convertem-se os contratos em definitivos ou pelo menos são criados novos postos e colocados a concurso ou não?

É no fundo este conjunto de matérias que eu acho que deve ser clarificado, porque podemos ficar todos esclarecidos e vaidosos das práticas do nosso Município, ou podemos detetar alguns aspetos que possam ser corrigidos e também não é vergonha nenhuma, desde que se perspetive correção em tempo adequado.”

6.2.2.9 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, apenas duas questões. Uma delas tem a ver relativamente com o Plano de Atividades 2017 e está relacionada com o Caparica Sun Center. Diz aqui, para este Plano de Atividades relativamente a este equipamento, que está perspetivada a constituição de um Protocolo com uma entidade de Ensino Superior na formação da área de promoção da gestão hoteleira. Portanto há partida para o CDS-PP parece-nos uma boa proposta e que tudo corra pelo melhor, relativamente a esta questão. Mas gostaria de qualquer forma de perguntar mais em que moldes é que vai ser feito este Protocolo, para quando? E se não haveria a possibilidade de se tentar junto das entidades responsáveis, nomeadamente do Governo e portanto de outras entidades, para mesmo, para a criação e abertura de um Instituto de Ensino Profissional ou mesmo um Instituto Superior de Ensino relacionado com esta área da formação e da promoção da gestão hoteleira.



Depois Sr. Presidente, uma questão muito frontal, questionava o Sr. Presidente da Câmara se estão previstas a criação em 2017, se está prevista a criação de novas zonas de estacionamento pago no Concelho?”

6.2.2.10 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu quando ouvi agora a intervenção do Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão fiquei de alguma forma, não digo perplexo, mas pelo menos admirado. Porque o Sr. Deputado perguntou relativamente à Câmara Municipal de Almada se havia contratos de emprego e inserção e se não havia, ainda bem. Mas nós em devido tempo, o Bloco de Esquerda apresentou aqui uma Moção relativamente à condenação pela utilização dos contratos de emprego e inserção e contratos de emprego e inserção mais, e essa Moção foi aprovada por maioria com os votos do Bloco, da CDU e do PAN e com a abstenção do PS e o PSD também, e voto contra do CDS. Portanto nós não podemos deixar de saudar esta evolução desta compreensão sobre este problema, porque a perceção que nós temos quando aprovámos aqui esta Moção, é que podíamos aprovar uma Moção tendo na Câmara contratos ou pelo menos seria contraditório que houvesse contratos de emprego de inserção e contratos de emprego de inserção mais. Portanto, trata-se de uma evolução que nós não podemos deixar aqui de nos congratular com isso. E achamos extremamente positivo que esta questão aqui tenha sido posta.”

6.2.2.11 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que não é muito relevante para a discussão que estamos aqui a ter, mas eu penso que o Sr. Deputado Municipal tem direito ao esclarecimento e é esse exercício que vou fazer e já agora aproveito para pedir uma coisa ao Sr. Presidente na sequência da minha intervenção, gostava que pudesse fazer um balanço dos tempos para podermos saber quais são as nossas perspetivas relativamente a este debate.

Vamos lá ver os instrumentos, os CEI os CEI+ têm um papel, têm um significado. As políticas públicas de emprego precisam de instrumentos que possam ser utilizados junto dos cidadãos, que em determinadas circunstâncias necessitam de instrumentos de reforço de empregabilidade e os CEI são importantes a esse nível. Cidadãos há muito tempo afastados do mercado do trabalho, desmotivados, com situações de dificuldade acrescida podem ver a sua possibilidade de ocupar um posto de trabalho reforçada se tiverem um conjunto de apoios, nomeadamente este tipo de instrumentos. E há que distinguir entre os instrumentos em si e a utilização abusiva desses instrumentos. Se o PS não pôde votar e de facto se teria preferido que pudesse ter votado, se não pôde votar foi porque a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda não era suficientemente clara a distinguir entre as duas realidades. E portanto se existe alguma responsabilidade a responsabilidade é partilhada, porque quando há dificuldades de comunicação, essa dificuldade de comunicação é sempre partilhada entre o emissor e o recetor e portanto não se exima dessa responsabilidade, porque também é sua, porque provavelmente participou na redação da Moção e se da próxima vez o fizer de forma mais clara até



pode ser que o PS possa votar a Moção nesse sentido, porque como provavelmente poderá acreditar eu acompanho há muito tempo este tipo de realidades, tenho uma opinião abalizada sobre elas e portanto não mudou. Se há votos num sentido ou noutro é porque o contexto que é colocado é diferente, é preciso ter também discernimento suficiente para perceber a diferença do contexto em que a opção é manifestada. E são instrumentos importantes, podem ser melhorados certamente, terão de haver sempre instrumentos para cumprir aquele papel.

Utilização abusiva dos CEI deve ser condenada e é esse o caminho que nós devemos fazer e temos que fazer em conjunto, obviamente. De qualquer modo gostava de agradecer ao Sr. Deputado Municipal a preocupação que teve logo de me referir, fiquei sensibilizado, deveras.”

6.2.2.12 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para deixar claro que provavelmente eu e o meu Camarada Pedro Oliveira precipitámo-nos ao saudar a evolução do PS no que diz respeito aos contratos de emprego e inserção, mas para que fique claro, não, não há dignidade nenhuma em obrigar uma pessoa a ir trabalhar para uma Escola pagando-lhe 80 euros por mês, sabendo que o ano seguinte essa mesma pessoa vai fazer falta nessa Escola. Isso não é dar dignidade nenhuma à vida das pessoas e que fique bem claro que a posição do Bloco era de condenação dos contratos de emprego de inserção e não situações abusivas, porque um abuso é isto, um abuso é uma Escola qualquer contratar uma pessoa ao abrigo destes contratos, pagar-lhe 80 euros por mês e saber que no ano seguinte o problema não fica resolvido e essa pessoa vai ter que ser novamente contratada. Isso não é solução nenhuma, nem é dar dignidade à vida das pessoas.”

6.2.2.13 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obrigado pelas questões, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, que colocaram. Foi um conjunto muito vasto de matérias que vieram aqui tratadas. Iríamos tentar responder uma a uma, algumas agregadas.

Sr. Deputado Nuno Matias, Parque Tecnológico, calendário, verba. É o nosso propósito continuar a desenvolver o estudo desta matéria. Nós temos tido com a Faculdade de Ciências e Tecnologia e com o Madan Parque algum tratamento deste assunto numa perspetiva de sustentabilidade do Madan Parque, que como sabe não tem sido fácil e não é fácil por circunstâncias que agora também não vamos estar aqui a aprofundar, mas os caminhos que se têm procurado traçar não se têm revelado consistentes. E a proposta que nos foi colocada na altura que reunimos convosco, naturalmente vem nesta linha de preocupação que tínhamos e que nunca deixámos de manifestar e que pretendemos traduzir, até porque já este ano temos procurado, vindo a aprofundar tanto da parte da Câmara Municipal como da parte dos SMAS a nossa relação com o Madan Parque no que diz respeito a serviços prestados, mas que interessa desenvolver numa perspetiva mais ampla e que seja uma oferta a instalação de empresas no nosso território, articulado aliás com as alterações que também fizemos em sede de Derrama. Poder dizer já tem um calendário, tem uma proposta? É uma coisa que procuraremos construir se possível em conjunto, se não for em conjunto avançaremos nós pela nossa iniciativa e naturalmente temos uma



revisão orçamental, volto a dizer, a realizar no mês de abril, final de abril e que ainda pode envolver uma parte significativa do nosso saldo de gerência. É possível que se passe com cerca de 26 milhões de saldo de gerência no caso da Câmara e 9 no caso dos SMAS. Há uma margem, tínhamos 35 milhões este ano, como sabem, mobilizámos saldo de gerência significativo para o nosso orçamento e há aqui alguma margem. Agora é uma necessidade de importância estratégica e nessa altura temos feito a avaliação com as Agências. Quero-vos dizer que não é um trabalho isolado, não é uma carta que tiremos da manga, não é um processo desinserido, agora apareceu uma proposta muito interessante que andava aqui a aboborar há não sei quantos anos e que nós lançámos e que depois foi acolhida. Temos apesar de tudo, embora a gente às vezes tenha problema em entendermos aquilo que nos dizem, não fica em saco roto, algumas coisas não têm aplicação, ou não têm prioridade, tendo em conta os recursos que nós temos e que conhecemos provavelmente melhor do que vós e que nos obriga a determinado tipo de aplicações. Em relação ao Parque Tecnológico era isto.

Sr. António Maco, Protocolo com a Escola de Ensino Superior de Hotelaria. Vem na mesma linha, no âmbito da Agência Arribatejo. Este processo está-se a procurar ressuscitar, foi um projeto que existiu com o Presídio da Trafaria, como sabe, depois não houve condição de concretização, não por nossa falta, mas porque infelizmente a Escola não tinha condição para assumir o compromisso que se pretendia ter connosco, é uma realidade. Não quer dizer que a gente esteja bem em tudo, atenção nunca dissemos isso, mas neste caso concreto também não foi sequer por eles estarem mal, não havia possibilidade de concretizar. Estamos a procurar e pensamos que é importante que este projeto de qualificação da nossa oferta na área da hotelaria e da restauração se possa encaminhar. Nunca desistimos, apesar de tudo, de fazer alguma coisa, fomos sempre fazendo, mas estamos todos de acordo, é necessário qualificar.

Novas zonas de estacionamento pago. Consta do nosso plano de revisão do Regulamento de Estacionamento e Trânsito. Durante o ano que vem teremos uma discussão coletiva também com a população sobre estas matérias. Haverá novas zonas de estacionamento pago e haverá outras coisas com certeza, dependerá muito da nossa vontade, temos que aumentar e regulamentar melhor a nossa oferta de estacionamento. Nós passámos aqui do 8 para o 80. Havia aquela coisa de que estamos sempre a multar, a ECALMA multa. Agora temos a situação contrária, a ECALMA não multa. Temos que no quadro do respeito todos uns pelos outros, e compreendendo que as pessoas precisam do carro, mas que os outros precisam de andar a pé nos passeios, temos que encontrar aqui o justo equilíbrio.

Questões do Sr. Deputado Paulo Viegas. Rua dos Pescadores. A intenção na Costa da Caparica, vamos lá ver, a gente não pode desinsere as intervenções da Costa da Caparica da história da Costa da Caparica. E em relação àquilo que se passou na Costa da Caparica a gente não se esqueceu que houve o Polis, que ainda tem uma Comissão Liquidatária em curso, que ainda não fechou, que não sabemos o que é que se segue àquilo que foi o capital acumulado pela experiência do Polis, mas todos compreendemos que é necessário haver uma plataforma de intervenção que aliás seria bom que



voltasse a reunir. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem sido um fervoroso adepto da reunião da Comissão de Acompanhamento do Polis, várias vezes tem insistido que de deveria retomar essa caminho. Há aqui um potencial que é necessário ser avaliado e há coisas para as quais é necessário mobilizar os recursos para que elas se possam concretizar e a ocasião e também o ambiente, é necessário que as pessoas estejam predispostas para que as intervenções se façam e se façam no momento adequado e no tempo adequado, como todos compreendem. Vocês conhecem melhor do que eu porque eu acompanhei mais de longe nessa altura a história da Cândido dos Reis. Sabe-se o que se passou com a Cândido dos Reis, a resistência, a mobilização, porque foi uma intervenção pesada. Hoje é um adquirido que todos reconhecem, uma experiência que querem reproduzir, naturalmente terá efeitos positivos na forma como seja apreciada a intervenção na rua dos Pescadores, mas a intervenção na rua dos Pescadores todos percebemos. O Sr. Presidente da Junta está aqui, não é uma coisa que a gente tire da carta e diga assim, está aqui um plano isto agora parou, vamos abrir a rua de cima abaixo. E eles vão perguntar quando, quanto é que isso custa, o que é que eu faço quando tiver o comércio fechado? Está aqui um processo que é complexo e que nós estamos a tratar com toda a responsabilidade e atempadamente será discutido com os comerciantes e com as pessoas locais, conhecendo nós que é uma via fundamental da Costa da Caparica. Não estamos a dizer que se desistiu do projeto, o plano continua, existe plano, existe projeto, está-se numa fase em que vamos ter que intervir, a mesma coisa diríamos em relação à Estrada Florestal. Se nós conseguíssemos ter a Estrada Florestal da Costa da Caparica feita, não era importante para Almada se conseguíssemos concretizar isto? E nós sabemos as dificuldades que tem havido em concretizar essa matéria. Hoje nem quero estar aqui a pedir responsabilidades, quem é que andou a puxar, quem é que não puxou, quem é que achava que não podia cortar 50 centímetros de acácias, tudo o que houve em torno desta questão. Agora é evidente, não nos vão pedir hoje que a gente vá meter numa coisa que é fechar o acesso às praias do Sul durante os meses da época balnear. Algum dos Srs. dos partidos que aqui estão faria isso, fechar a estrada de acesso às praias do Sul durante a época balnear? Ninguém. Portanto não vamos ser hipócritas nesta coisa, vamos ser claros, não podemos estar nesta altura do ano que é o que aconteceria a lançar uma obra que teria essas consequências, porque a praia da Costa da Caparica é a praia de Lisboa. Além do mais é a praia de Lisboa, não é uma coisa só da gente, como é normal é do País e temos essa enorme responsabilidade, e penso que no Governo também há quem pense assim da mesma maneira que nós pensamos sobre esse assunto.

Questões da rua dos Pescadores, Costa da Caparica. Já referi aqui um pouco as questões.

Caro Deputado Pedro Matias, a sua discussão é bocadinho daquilo que se chama o político politiguez, desculpe, não se ofenda, mas é uma coisa que se torna cada vez mais rara nas discussões ao nível do que fazemos nas reuniões das Assembleia Municipais e no quadro municipal. Porque as coisas que são colocadas com objetivos concretos daquilo que se poderia fazer ou se deveria fazer e que não se fez, ou aquilo que é possível fazer ou mesmo não sendo possível mas pode ser uma visão do que se pode fazer, traduz alguma coisa, dá-nos alguma coisa para refletir mesmo dentro do espírito, como dizia há



pouco sempre alguma coisa fica, nem que seja o descontentamento que a pessoa transmite. Agora a afirmação geral de que não foi, quatro anos perdidos, já não, desculpe, é um bocadinho complicado responder a esse tipo de impressão que é uma coisa profundamente subjetiva e portanto sobre isso não posso dizer nada.

Questões relacionadas com o espaço público. Já referimos isso sobejamente, sabem-se as circunstâncias em que estamos a lidar com esse assunto e a mobilização de recursos que está a ser feito em relação a esse assunto na discussão responsável que fazemos e também com a sua Bancada. Sabe-se também perfeitamente até onde é que se pode ir e qual é o propósito que é necessário ter. A mesma coisa no que diz respeito à requalificação da rede viária. Estamos naturalmente empenhados na sua qualificação e estamos a trabalhar para isso. A Sr.^a Vereadora terá a ocasião depois de dizer o número de Augis que foram concluídas, mas transmite depois ao Sr. Deputado, não tem o número presente mas é um número vasto de Augis que têm sido regularizadas.

Sr.^a Deputada Odete Alexandre. As preocupações relacionadas com as Bibliotecas e os horários dos nossos equipamentos culturais são comuns, já falámos isto noutra ocasião e a nossa disponibilidade e disposição para que a situação se altere é total, precisamos de pessoal para poder fazer isso. Recrutámos pessoal nas áreas operacionais, recrutámos algum pessoal em áreas técnicas, mas não conseguimos ir tão longe. Fizemos a mobilidade intercarreiras até onde foi possível fazer a mobilidade intercarreiras, mas há áreas especializadas de profissionais que pelas circunstâncias que também todos conhecem não se conseguiram contratar. Continuamos empenhados em fazer essa contratação. Agora nós não podemos fazer ou continuar a fazer, é a não cumprir aquilo que a legislação nos determina com direitos dos trabalhadores na Administração Pública, no que diz respeito aos seus tempos de descanso, e se os trabalhadores trabalham determinadas horas e fazem essas horitas, por muita rotação que se faça, quando são poucos não é como nas rodas dentadas, há dois ou três dentes que faltam e depois a cremalheira parte. E é assim que a coisa funciona. Eu estava a vê-la mexer com os dedos e lembrei-me da cremalheira, mas cremalheira tem dentes e quando falta um ou dois dentes a cremalheira parte e é o que estava a acontecer, e haviam resistências legítimas dos trabalhadores a manterem determinado tipo de trabalho que o número não era e não é suficiente. Estamos empenhados em conseguir alterar no que diz respeito aos Museus, como no que diz respeito às Bibliotecas, no que diz respeito a outras áreas.

O Plano Municipal de Proteção Civil não tem que vir à Assembleia e foi aprovado pela Comissão Municipal de Proteção Civil. Esteve em consulta pública e foi entregue à Autoridade Nacional de Proteção Civil. Falta a validação final da Comissão Nacional, esperemos que venha em breve.

Questões relacionadas, Sr.^a Deputada Maria d'Assis, interrupções letivas. As preocupações que transmitiu, são preocupações nossas, aliás a sugestão que fazia é a sugestão que faço em relação a um conjunto de matérias que aqui colocou, é que no âmbito do CLASA estas questões possam ser tratadas e aprofundadas. Porque a nossa preocupação em relação às interrupções letivas é ter uma cobertura pública que seja a melhor possível, mas as nossas prioridades são aquelas que aqui nos



trouxe, das crianças e jovens que têm mais dificuldade. É preciso encontrar as formas de concretizar, não existe nenhuma discriminação em relação a quem quer que seja que se mobilize em relação a um objetivo tão interessante e tão importante como este. É preciso encontrar as formas e aí o CLASA tem esse poder de encontrar os recursos e de conciliar os recursos que melhor nos permitam responder às necessidades.

Plano Municipal das Acessibilidades. Entre nós não conseguimos definir qual era a Unidade Orgânica que na nova realidade deveria tratar do Plano das Acessibilidades. Ele nasceu no quadro da ação social, foi muito importante para a definição dos objetivos, mas agora existe o Plano, é preciso executar, precisamos de uma Unidade Orgânica com capacidade executiva, com capacidade operacional e houve alguma indefinição, se era na Reabilitação urbana, se era na DML, se era noutra Unidade Orgânica com esta capacidade. Neste momento estamos orientados para uma Unidade Orgânica, dotá-la dos meios naturalmente e em cima do Plano, fazer a programação da sua aplicação. A verba que lá está é para assinalar, irá com certeza ser reforçada, se por alteração orçamental, se andarmos suficientemente depressa ou no quadro da revisão orçamental de abril. Mas os 20 mil euros, não ficamos agarrados aos 20 mil euros, os 20 mil euros é que é necessário abrir a rubrica.

As praias acessíveis. Nós precisamos de melhorar, concretizar e divulgar aquilo que está feito em relação a essas questões das praias.

Colocou duas questões relacionadas com a lavandaria e em relação ao apoio às cooperativas para pequenas obras domiciliárias. Aquilo que importa é dar energia a estes projetos. Nós temos um número significativo de pessoas sozinhas ou idosas com muita dificuldade em resolver problemas desta natureza. E ouvimos há pouco na primeira reunião desta Assembleia alguém nos dizer que há pessoas que estão presas em casa. Se pudermos ajudar a melhorar a sua condição de vida, a nossa preocupação aqui são aqueles que têm um rendimento tão baixo que não têm possibilidade de, e vivem tão isolados que alguém os auxilie, precisamos ter aqui um sistema. As experiências que existem, existem, agora é necessário dinamizar. Se tiver que ser dinamizado por aqueles que já tiveram a experiência anterior, muito bem, mas o que queremos dizer é que há uma responsabilidade municipal acrescida a partir do momento em que aprovámos este documento. Dizemos assim, não, isto não pode ficar entregue à entidade tal que tem dificuldades e depois não consegue cumprir o objetivo que nós temos. Precisamos é, como é que nós com os recursos que temos podemos lá chegar? E é falando com certeza que a gente resolve esse problema. Não é estarmos com vontade, nós assumirmos essa responsabilidade é dizermos que há um vínculo maior da nossa parte em que ela se concretize, não a deixando cair.

Questões colocadas pelo Sr. Carlos Guedes. Há um conjunto de questões de valor diferente e de significado diferente, como calcula. A valorização que faz não será tão significativa como nós diremos por exemplo a questão da semaforização sonora, é uma coisa que pode acontecer, não sei se no quadro da aplicação do PACA não começaremos a implementar a semaforização sonora mais cedo, se



calhar nas zonas centrais de Almada onde ela mais se justifica e depois haverá outras, e na praça da Portela onde há um enormíssimo movimento de cidadãos ou em Cacilhas, em alguns sítios.

Referiu outras questões porque ainda não se fizeram. Penso que não há nenhuma diferença de opinião, salvo em relação a algumas questões mais particulares, mas penso que há aqui muita preocupação comum em relação aos bairros de habitação social, não quer dizer que nas áreas de habitação social que são da responsabilidade da Câmara esteja tudo bem, mas nós temos também dificuldade em intervir nas áreas de habitação social da responsabilidade de outras entidades, temos dificuldade real e estamos a diligência no sentido de procurar encontrar formas de intervenção. Há aqui preocupações que não iria valorizar aquilo que nos afasta porque acho que não nos afasta tanto.

Primeira fase da EN 377, quando estivemos aqui há três ou quatro, ou seis meses para dizer que íamos lançar, a nossa vontade como devem imaginar era não só lançar como se ela estivesse feita. Só que entretanto a complexidade do projeto da EN 377 onde a gente quer pôr ciclovias quer candidatar aos Fundos Comunitários e depois estas coisas aparecem todas. Dizem, então ainda não dá agora porque é necessário estudar a ciclovia, porque a ciclovia é que vai permitir ir buscar uns dinheiros aos Fundos Comunitários, espera-se e tal. Estas coisas do ponto de vista da aplicação prática para quem está aí pode não ter importância, mas são coisas reais, são oportunidades que ou agarramos e a coisa demora mais dois ou três meses, ou não as agarramos e então lá ficamos nós com o dinheiro por aproveitar e depois cá estariam provavelmente com muita razão, é pá havia aqui um Fundo Comunitário bestial e vocês não o aproveitaram. Com razão. Não aproveitaram, tiveram pressa demais.

Orçamento Participativo. Aquilo que resulta no Plano do Congresso em matéria da criação das Comissões de Desenvolvimento Local e a concessão que em torno dela está a ser criada, isto é, que as Associações, os Agrupamentos de Escolas, as IPSS, os cidadãos particulares se agrupem, que estudem a sua intervenção na sua Freguesia, que estabeleçam um programa para essa Freguesia tendo à partida um Orçamento que à partida corresponde a 1 euro por habitante, para começar. Mas admitimos com a revisão, podemos ir aos 2 euros por habitante, chegarmos aos 2 euros por habitante, estamos a falar em 340 mil euros. Ora bem 340 mil euros, eu fiz as contas, é tanto quanto a Câmara de Lisboa dá para o Orçamento Participativo. Lisboa dá dois milhões e meio de euros, ouvi eu dizer, para 720 milhões de euros de Orçamento, são 0,35%. Se nós para os nossos 88 milhões dermos 340 mil euros, damos 0,39%, damos mais do que Lisboa. É um sinal. É um caminho. Abrimos a rubrica já depois do Orçamento, pôs-se lá o dinheiro, os 170 mil e estamos a querer fazer. Não é igual, é um modelo mais coletivo, mais se calhar na nossa tradição. As instituições reúnem, veem o que é que é possível e o que é que faz falta, em conjunto assumem. O Município disponibiliza uma determinada verba que para ser equitativa estabeleceu-se à partida que seria assim, não quer dizer que não possa ser outra, continuamos cá para continuar a falar, mas não penso que seja uma coisa de se dizer que não há nada em relação ao Orçamento Participativo, até existe.

Equipamento Cultural da Costa da Caparica. Nós temos sido abordados pela Gandaia, depois por outras instituições ligadas à vida cultural, no sentido de ser criado um espaço cultural na Costa da



Caparica e também nas nossas reuniões com as Bancadas essa questão tem sido colocada. Aquilo que colocou está reconhecido como sendo necessário. Como vamos fazer e onde vamos fazer. Nós procurámos dois locais, no início era no Centro Comercial Pescador, poderemos vir a adquirir o espaço que lá está e qualifica-lo com alguma intervenção. Depois havia um Centro Comercial junto à Carolina do Aires, que tinha duas salas, depois houve o Silcentro, que ainda lá está, não é uma coisa que esteja completamente afastada, ou pode ser uma coisa nova. E estamos a jogar nas três possibilidades. O que está mais afastado é esse tal do Oceano que enfim, a pessoa com que se estava a negociar faleceu e o herdeiro veio com uma proposta que era disparatada, na opinião do valor patrimonial daquilo e não era uma coisa que pudéssemos acompanhar. Mas a situação mantém-se em qualquer possibilidade. Ou no espaço próprio fora disto ou no aproveitamento de um espaço que já está. Como disse tem que se ver a dignidade do equipamento, porque também isso é fundamental, não ser propriamente uma cave, num sítio qualquer, não é isso que se pretende, como imagina, não é só para dizer que cumprimos programa, também não é nossa a preocupação.

Em relação aos trabalhadores. Nós temos um problema, não andamos a esconder nada. Um dos problemas que temos é o problema das auxiliares da ação educativa cujo propósito já reafirmado por nós, é resolver o problema colocando essas pessoas no quadro. Na concretização do processo há alguns obstáculos que dificultam que todas possam ser, todas porque a maior parte são Senhoras, todas possam transitar em simultâneo, porque há vínculos e coisas temporários e contratos que estão em vigor. Mas o propósito é esse e vamos iniciar essa. São contratos a termo certo. Os outros não temos e revelam-se para além das razões já citadas de justiça e também de respeito pelas pessoas, porque estas coisas depois também não são simples, não tem sido, daquilo que é meu conhecimento, apesar de tudo também tenho algum conhecimento disto pelas funções na área da saúde que desempenhei, pois não são simples de resolver. As situações que se criam com estas pessoas e havendo a possibilidade de haver uma relação mais, um vínculo é muito importante até porque a pessoa e o trabalhador é mais livre, e a liberdade do trabalhador enquanto trabalhador tem um valor muito grande, como imaginam, não é um trabalho que está condicionado porque tem que ganhar dinheiro e tem um contrato precário e está dependente de qualquer boa ou má disposição. O vínculo tem um valor que dignifica o homem ou a mulher a que está vinculado.

E peço desculpa, posso não ter respondido a algumas questões.

O Orçamento Participativo Jovem está em curso, está aceite, está tratado, há um Regulamento que foi elaborado no âmbito do Fórum da Juventude e que está em discussão no fórum. Tem um envelope financeiro, não sei qual é o envelope financeiro, mas tem umas dezenas de milhares, se não estou em erro, 30 mil euros é o que está previsto.”

6.2.2.14 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, quando o Grupo Municipal do PSD lhe perguntou uma questão concreta de uma dotação orçamental, de um calendário de execução e dos resultados que se preveem apresentar e



quando, não o fizemos por acaso, porque como já aqui foi dito e não é dizer que nos últimos quatro anos em politiguez foi mais do mesmo ou foi copy paste de outros documentos, foi porque nós entendemos que não se faz política autárquica, não se desenvolve um conjunto de linhas e eixos estratégicos sem apresentar no momento em que estamos a debater o orçamento da autarquia para o ano seguinte sem apresentar aquilo ao que vimos, que propostas é que apresentamos, que calendário de execução é que desejamos, qual é o objetivo que reafirmamos e de que forma é que o vamos concretizar. E Sr. Presidente a questão foi simples, qual era a dotação? Qual era a execução? Qual era o calendário de concretização de uma ideia que nós há muito tempo apresentámos mas que sistematicamente não vemos concretizada. E Sr. Presidente a resposta era óbvia, porque nós sabíamos qual só poderia ser a resposta. É que a dotação não existe. Quando o Sr. Presidente há pouco falava no Madan Parque, eu digo-lhe que a dotação que o Madan Parque teve em 2015 foi 15 mil euros, em 2016 foi 15 mil euros, para 2017 são 15 mil euros. Ou seja, aquilo que o Sr. Presidente quis passar de informação que é vamos concretizar um Parque Tecnológico Empresarial e vamos fazer um estudo para que ele seja uma realidade, na realidade não existe dotação e não existe afirmação de que essa ideia de o PSD defende há muito, se vá concretizar em 2017. E infelizmente esta como outras são um conjunto de razões sintomáticas da qualidade ou no caso da falta de qualidade estratégica do documento que este, mas ao longo de muitos anos enfermam os orçamentos da Câmara Municipal de Almada. E dizemos isto, não dizemos de forma satisfeita ou com o sentimento que assim é mais fácil fazer política, porque nós entendemos que a melhor forma de fazer política era em conjunto concretizarmos um documento que realmente apresentasse as soluções, apresentasse as dotações orçamentais e apresentasse aos almadenses de forma clara quando é que as coisas vão ser feitas. E na realidade quem se dê ao trabalho de analisar orçamentos atrás de orçamentos, planos de atividades atrás de planos de atividades, se tivermos até o tempo e alguma paciência de olharmos para um conjunto de exigências que a Câmara ao longo de anos, estão aqui vários elementos que ao longo de anos nos diversos orçamentos que temos tido ocasião de debater se veem confrontados com linhas que são iguais, com exigências que são similares e para que todos os efeitos depois não vemos é as respostas que do lado da autarquia podiam ser dadas com dotações orçamentais, com calendário de execução, com a concretização de verdadeiras soluções. E quando Sr. Presidente, quando em 2016 comemoramos 40 anos de Poder Local Democrático e estamos neste momento a projetar o último orçamento que a Câmara Municipal neste Mandato irá oferecer aos almadenses, deixe-me que lhe diga em nome do PSD, que infelizmente mais uma vez se prova que pouco se mudou, que se prova que os resultados não são assim tão palpáveis para apresentar, que se prova que mais uma vez este orçamento é apresentado sem que se possa perceber o que é que se deseja fazer de diferente e melhor. E dizemos isto ao fim de 40 anos, porque ao fim de 40 anos em Almada houve sempre a mesma liderança autárquica. Ao fim de 40 anos, na realidade aquilo que mudou Almada e mudou em alguns casos para melhor, podia ter sido uma mudança muito mais ambiciosa e muito mais estruturante para a vida de cada um de nós. Aquilo que nós vemos ao fim de 40 anos, e este documento também



não dá resposta, apesar de muitas vezes sermos confrontados com a crítica, também em política, diga-se em abono da verdade, de dizer que é o Governo, vejamos lá são competências estatais, mas competências estatais que noutros sítios resultaram em soluções. Em Almada resultaram em adiamentos e em consecutivos protestos. E portanto Sr. Presidente, ao fim de 40 anos, aquilo que era importante fazer era essa análise e ver neste documento é se em 2017 vamos ter finalmente intervenção com dotação orçamental para ligar Almada aos almadenses ao Rio. Se ao fim de 40 anos e neste Mandato vamos ter dotação orçamental para termos uma Frente Atlântica que seja diferenciadora, crie riqueza e que potencie aquilo que é, como dizia há pouco e bem, um território que não é só de Almada, devia ser de todo o País e devia ser com isso um potenciador e um acelerador de criação de riqueza para ser reinvestida no nosso Concelho. Em 2017 eu não vejo sinceramente dotações orçamentais para afirmar Almada como cidade, como Concelho, que seja capaz de atrair investimento, apesar do bom sinal da Derrama, falta por exemplo percebermos o que é que vamos fazer a um potencial investidor que queira investir em Almada, que precise saber que terrenos é que existem em Almada que possam ser utilizados, que deseje ter um processo de investimento em que o processo de decisão camarário seja mais rápido para que esse tempo que normalmente se demora deixe de ser atrativo e leva a que não exista esse tal investimento e a criação desejável de emprego, e confesso também que quando olhamos para um conjunto de decisões ou de supostas soluções que são apresentadas, nós continuamos a não ver por exemplo também ao nível da habitação social, quando tanto se diz que se tem feito tanto, os resultados. Porque aquilo que vemos é que continuamos a ter ainda mais barracas em Almada. Aquilo que nós vemos é que quando nos referimos muitas das vezes à Câmara como solução e quando vemos o orçamento de investimento da autarquia podemos também começar por aí, aquilo que nos deveria preocupar e no contexto metropolitano nos deve referenciar. E Sr. Presidente, quando olhamos para o orçamento que nos propõe e para as despesas de investimento que deseja fazer, apesar de anunciar os 26 milhões de euros, deixe-me só dar-lhe um exemplo concreto, que são dois Municípios da Área Metropolitana de Lisboa que no orçamento de 2016, um deles teve para investimento 45 milhões de euros, o outro teve 33 milhões de euros e Almada no seu orçamento inicial 2016 teve 21 milhões de euros. Num caso menos de metade e no outro bastante menos. E portanto estamos a falar de conceitos diferentes, porque aí realmente começa a diferença daquilo que pode ser a atuação municipal. E para o PSD dizer de forma clara a Câmara de Almada ao longo deste Mandato, mas ao longo de 40 anos, não ajudou a criar riqueza, mas sobretudo não permitiu que quem quisesse investir pudesse fazê-lo mais e melhor. Temos hoje uma fiscalidade que começa a dar alguns bons sinais, mas ainda não é diferenciadora. Temos hoje infelizmente situações onde um processo de investimento realmente demora demais e leva a que os investidores não invistam em Almada, e eu já dei exemplos práticos e alguns responsáveis autárquicos que ainda hoje exercem funções já passaram por essas situações, que posso repetir se for necessário, não temos ainda as ofertas de espaço, não temos a fiscalidade como desejávamos, mas sobretudo não estamos a desenvolver o Concelho como devíamos. E Sr. Presidente em 40 anos houve Concelhos à nossa volta



que perceberam qual é a solução, é criar riqueza para depois reinvestir nas pessoas e no território. E Almada não cria tanta riqueza como devia, não cria tanto emprego como devia, não apoia as pessoas nem lhes dá qualidade de vida como devia. E podia e devia se quisesse criar riqueza, conseguir esse desiderato. E infelizmente nem neste Mandato, nem em 40 anos a atual maioria conseguiu dar essa ambição e essa ação a Almada. E Sr. Presidente, se me quiser desmentir, aquilo que eu lhe peço é que me responda também a esta questão. Neste Mandato quantas empresas é que a Câmara de Almada ajudou a criar neste Concelho? Quantos postos de trabalho, o Sr. Presidente não sei se foi ontem ou anteontem naqueles grandes programas ambiciosos para o micro empreendedor, que nós achamos que são iniciativas meritórias, atenção, agora quantos postos de trabalho. Não foi certamente nesses cursos que são unipessoais e servem apenas para avaliar se a pessoa tem preponderância e vontade de conseguir apostar num negócio próprio, que normalmente é unipessoal, e basta conhecer os ninhos de empresas que estão sedeadas no nosso Concelho. Mas quantas empresas é que a Câmara de Almada ajudou a criar em Almada no último Mandato, quantos trabalhadores é que foram criados com esses projetos de investimento? Quantos? É que nós perguntamos e nós temos a consciência que os resultados não são animadores. Mas, mais, alguém pode ao olhar para este orçamento perguntar onde é que estão os tais grandes objetivos de desenvolvimento? Que investimentos é que estamos a falar do ponto de vista de dotações orçamentais e de calendário de execução? Como o Sr. Presidente sabe e já temos tido ocasião de falar várias vezes, o PSD teria certamente um caminho diferente começando naquilo que, lá está é a criação de riqueza para acabar na forma como reinvestia nas pessoas e no território. E portanto Sr. Presidente, para que não sejamos demasiado exaustivos, mas para que também abandonemos a tal politiguez. Eu gostaria de dizer em nome do PSD, em bom português um conjunto de propostas que para nós seriam diferenciadoras e que poderiam marcar alguma diferença para 2017, mas também para o futuro.

Sr. Presidente, ainda ontem aqui referi, nós proporíamos a redução de 2 milhões de euros de despesas correntes no Município. Já o disse ontem mas gostaríamos de o reafirmar neste momento. 300 mil euros na rubrica outros bens, menos 100 mil euros em estudos, pareceres e consultadorias, menos 100 mil euros em publicidade, menos 1 milhão de euros em outros trabalhos especializados e menos 500 mil euros em outros serviços.

Sr. Presidente, nós estamos a pecar por defeito, porque temos a certeza que poderíamos ainda poupar muito mais, porque estamos a falar em rubricas que no mínimo poderiam ser discutíveis, do ponto de vista de um conjunto de opções de despesa. Mas mais, em segundo lugar gostaríamos de devolver, uma vez que iríamos garantir esta poupança, devolver esses 2 milhões de euros aos almadenses reduzindo a carga fiscal no IRS, sabendo nós que a Câmara tem possibilidade e isso possibilitaria também a cada cidadão incrementar através do aumento do seu rendimento disponível a sua atividade também no consumo e eventualmente no investimento. Mas mais, Sr. Presidente aquilo que nós entendemos ao olhar para este documento, realmente se calhar não traz tantas novidades como nós gostaríamos. É que continua a haver um conjunto de despesas que nos permitem afirmar de forma



taxativa que a Câmara de Almada continua a gastar mal e que por isso é da mais elementar justiça que estas opções pudessem ser realizadas ao mesmo tempo que se cortam desperdícios. Mas mais, deveriam permitir outro tipo de poupanças que fossem orientadas para outro tipo de investimento e como o Sr. Presidente sabe, para nós aquilo que era essencial era que nestes objetivos de desenvolvimento pudéssemos ver neste orçamento as dotações orçamentais e o calendário de execução. E por isso Sr. Presidente, deixo-lhe mais algumas questões que me pode responder. O PSD gostava que avançássemos de forma concreta com investimentos que ligassem os almadenses ao Rio. O que é que está previsto, que dotações orçamentais e que calendário de execução? Sr. Presidente, já aqui foi dito, nós gostávamos que aquilo que é anunciado como uma política de proximidade aos cidadãos fosse reforçada. Foi aqui falado o Orçamento Participativo o Orçamento Participativo Jovem, muito bem, quando é que vai ser lançado? De que forma é que vai ser operacionalizado? Com que objetivos e se, se planeiam alocar mais verbas que no nosso entender haveria forma de o fazer. Sr. Presidente, outra questão que aqui foi falada, que para nós é essencial, a questão da mobilidade e das acessibilidades, o investimento nas infraestruturas rodoviárias que em Almada, tivemos hoje aqui alguns exemplos, não são com regras asfálticas que se resolve de forma estrutural os problemas. Mas, na realidade era importante perceber o que é que a Câmara de Almada quer fazer demais e diferenciadas a esse nível, porque aquilo que está anunciado dos 51km de requalificação de vias, vamos ver de que forma é que vai ser concretizado e vamos ver até que ponto é que é realmente estrutural. Mas Sr. Presidente, há pouco falou-se também na valorização do espaço público e na forma como muitas das vezes a população se queixa de não haver fiscalização. Nós continuamos a reafirmar que uma Polícia Municipal seria uma solução, seria uma solução porque iria dotar aquilo que é a reorganização, a organização e cumprimento dos Regulamentos Municipais e de uma forma mais eficiente e mais pedagógica. Infelizmente continuamos a não ver essa ideia e essa nossa proposta transcrita nas opções orçamentais, mas gostávamos também que Freguesias, por exemplo ainda hoje se falou na Aroeira, mas vamos generalizar, Freguesias como a Charneca e a Sobreda, mas gostávamos que estas Freguesias fossem tratadas com outra atenção a começar do ponto de vista da limpeza, nas condições como já falámos dos passeios, das estradas, da reconversão das Augis que nós também temos alguma curiosidade, confesso, de perceber em que ponto é que estamos passados 3 anos de Mandato. E portanto a pergunta que também lhe deixo, que eu acredito que não tenham aqui os dados, é quantas Augis é que existiam no início do mandato, quantas é que existem agora? Quantos processos é que foram concluídos e quais?

Sr. Presidente, dizer também claramente que nós gostávamos de desenvolver o espaço público aos cidadãos e atraí-los com mais comércio e maior dinamização da nossa vida comunitária e o Sr. Presidente falou e parece-me que bem naquilo que é o envolvimento das forças vivas, a Associação de Comerciantes dinamizadores que com a Câmara, porque a Câmara tem que ser também um motor destas iniciativas e nalguns casos e espaços tem-no sido, é fundamental fazer mais. E Sr. Presidente, nós queremos que este conjunto de intervenções sejam reforçadas e gostávamos de perceber, o Sr.



Presidente falou num conjunto de parcerias, que dotações é que nós podemos reforçar no Orçamento porque nós não vemos e portanto já agora era importante perceber então onde é que estamos a ser diferenciadores em 2017, neste apoio à vida comunitária, ao conjunto de eventos que marquem a vida do Concelho, mas sobretudo Sr. Presidente deixar claro, há um conjunto de eventos que para nós são importantes, tem o exemplo do Sol da Caparica, que para nós é um exemplo muito positivo de como se pode projetar o Concelho de Almada, a Costa da Caparica. Mas vamos ser claros Sr. Presidente, para nós este tipo de organizações não podem dar prejuízo. Não podem dar prejuízo e tem que haver capacidade de organizá-los de forma a que tenham mais valias que sejam investidas por exemplo, e pensamos nós que era esse o objetivo quando foi criado, que fossem investidos na Costa da Caparica. Neste momento o prejuízo que tem o Festival não é aceitável e face aos modelos comparados que existem no País não é admissível. E portanto esperamos que não esteja neste momento, porque não pode estar no documento nós não vemos, mas que se crie um novo modelo para este tipo de eventos que permitam mais valias que sejam reinvestidas no nosso Concelho e nas nossas gentes. Mas Sr. Presidente, como é óbvio e pelas nossas palavras torna-se também óbvio, nós temos uma visão diferente da política autárquica, temos uma visão diferente da participação dos cidadãos nessas mesmas decisões, temos uma política diferente daquilo que deve ser o papel de uma autarquia na captação de investimento, temos uma política diferente naquilo que deve ser o nosso papel de construção de soluções, mesmo quando a responsabilidade não seja apenas da Autarquia. Porque ver ano após ano o conjunto de reivindicações que aí sim são copy paste de outros documentos de anos anteriores não acrescentaram soluções, porque elas continuam lá, não acrescentaram formas alternativas de pensar uma alternativa de as concretizar e o Sr. Presidente há pouco pedia um consenso que nós subscrevemos desde já e que sempre também defendemos, vamos levar o Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, vamos todos defender isso, faz sentido. Os diversos Governos deviam ter ponderado e contra o Governo do meu Partido também posso falar, deviam ter ponderado que uma infraestrutura desta natureza tem que investir numa rede com massa crítica que permita ser operacional do ponto de vista económico-financeiro. Ligação à Costa faz todo o sentido e devia ter sido já executada há muitos anos por diversos Governos, mea culpa também em relação ao Governo do meu Partido. Mas Sr. Presidente, esse tipo de reivindicações fazem sentido, mas há um conjunto de soluções que não dependem apenas de outros. A Câmara pode e deve ser o motor dessas mesmas soluções porque há outros Concelhos que conseguiram, conseguiram revitalizar as frentes costeiras, conseguiram revitalizar as frentes de Rio, conseguiram investir em locais onde supostamente em teoria só o Estado Central é que seria parte da solução. O que é certo é que esses Municípios conseguiram e Almada não. E portanto Sr. Presidente, ao fim de 40 anos aquilo que gostaríamos de dizer para terminar, é que nós continuamos com muita vontade de participar nas soluções. O PSD continua a dizer presente para debater com o atual Executivo e com futuros Executivos, tenhamos mais ou menos responsabilidade autárquica, nós continuamos cá a apresentar propostas concretas, mas Sr. Presidente nós gostávamos e para terminar que quando algum Deputado Municipal do PSD lhe voltasse no futuro a fazer a questão



numa próxima sessão deste Mandato sobre o que é que vai ser feito, que verbas é que tem e que calendário é que vai executar, nós não recebêssemos como resposta uma resposta vaga, que depois traduzida no documento significa nós gostávamos, certamente vamos fazer, mas olhando bem para o documento não está lá nada. E Sr. Presidente, da mesma forma que não temos essa ambição e essa ação diferenciadora no documento de 2017, gostávamos que pelo menos servisse de lição, que o esforço que várias Bancadas fizeram nas propostas que apresentaram, tiveram méritos, seriam boas para o Município, mas para isso têm que ter capacidade de serem executadas.

Nós demos o voto favorável à Derrama, esperamos que a Câmara consiga com isso criar uma estratégia abrangente para captar investimento e criar emprego, mas Sr. Presidente este foi um exemplo pontual que não alterou na substância a generalidade do documento e isso nós entendemos que foi uma oportunidade perdida deste Mandato, se calhar infelizmente de 40 anos, mas vamos ainda a tempo de recuperar esse atraso, porque Almada e os almadenses merecem esse nosso esforço, e estamos cá para dizer presente.”

6.2.2.15 – O Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu quero subscrever uma afirmação que fez no decurso da resposta que me concedeu e é que efetivamente não devemos ser hipócritas e eu acrescentaria que não devemos usar malabarismos nem manobras de diversão e perante este quadro de adjetivos quero registar que fiz uma singela pergunta acerca da rua dos Pescadores e foi-me respondida acerca do Polis e da Estrada Florestal.”

6.2.2.16 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou utilizar da palavra de forma breve considerando também o momento da noite em que nos encontramos, mas não deixando obviamente de acentuar alguns aspetos que considero fundamentais para parametrizar a opção do Partido Socialista perante o documento que temos em análise. E a ótica por que optei nesta análise e nesta intervenção final é tentar responder a uma pergunta. A pergunta não é o que é que foi feito de mau, o que é que a Câmara perspetiva de forma incorreta. A minha pergunta é, é possível fazer melhor? É possível perspetivar com mais lucidez? É possível responder de forma mais adequada às necessidades da população? E a minha resposta é sim. E essa possibilidade de fazer melhor, de responder de forma mais adequada, pode ser ilustrada de várias maneiras. Obviamente podíamos ficar aqui o resto da noite a apresentar exemplos e a sinalizar divergências, mas vou fazê-lo de forma sucinta e utilizando um conjunto de situações a título de exemplo.

Primeiro o documento em si. Já várias vezes foi aqui referido que um documento destas características, um Plano de Atividades e um Orçamento devia conter em si próprio instrumentos que permitissem aferir da concretização do Plano de Atividades ao longo do ano. E basta ler o Plano de Atividades, nem precisa de ser com uma atenção excessiva, para se perceber que não há elementos suficientes, para podermos chegar ao fim do ano e dizer, os objetivos foram atingidos, os objetivos não foram atingidos,



porque são de uma generalidade, de uma ausência de metas que tornam completamente impossível fazer uma verificação objetiva do grau de cumprimento desses objetivos. E portanto esta matéria é uma insuficiência que devia de já ter sido suprida e que deve ser suprida em instrumentos futuros.

Muitas horas discutimos aqui ao longo do tempo os aspetos relacionados com o Centro de Almada, o comércio em Almada, o estacionamento em Almada, o trânsito em Almada. O que é perspetivado não é suficiente, é preciso ter mais arrojo, é preciso ter mais visão, é preciso resolver os impactos negativos das opções erradas que foram tomadas no passado e perspetivar um futuro com melhores condições para a cidade se afirmar, para a cidade ser atraente e para a cidade ser cada vez mais aliciante e agradável para os seus moradores. Porque nós não devemos esquecermo-nos de uma coisa, os almadenses têm orgulho de ser almadenses e têm orgulho na sua terra, e nós temos de pegar nessa mais valia, nesse adquirido para perspetivar sempre mais ambição e melhor qualidade.

É possível fazer mais e melhor relativamente ao turismo ou não? A questão do turismo neste momento é posta na minha perspetiva até com mais equidade do que aconteceu no passado. Nós temos neste momento o País com uma atratividade muitíssimo vincada e crescente no que diz respeito ao mercado do turismo. Quem passa com frequência em Lisboa, na zona ribeirinha percebe com facilidade as alterações que se têm verificado. E o turismo é obviamente uma atratividade económica que permite conseguir um retorno com relativa rapidez e é possível fazer muito relativamente a esta matéria em Almada. Nós temos já algumas boas práticas, algumas situações de sucesso. A rua Cândido dos Reis é um aspeto de sucesso, é verdade. Nós já vemos quando passamos pela Cândido dos Reis que até mesmo algum do turismo de Lisboa acaba por atravessar o Tejo e se situa ali, isso é extremamente positivo. Foi uma aposta bem sucedida. Mas depois vemos outras áreas próximas que podiam reforçar essa atratividade e essas áreas não têm solução, nem se perspetiva solução para os próximos tempos. O Ginjal é uma pérola desperdiçada, é um recurso completamente não aproveitado que não deve continuar. Todos nós sabemos que há dificuldades relativamente ao Ginjal, mas é preciso ter ambição, é preciso estabelecer objetivos e é preciso cumpri-los. E continuamos a não saber qual é a solução, qual é a linha de solução. Nós sabemos quais é que são as dificuldades, o Sr. Presidente da Câmara, a Sr.^a Presidente da Câmara anterior, Maria Emília Neto de Sousa, apresentaram aqui à sociedade muitas dificuldades e muitos impedimentos e nós aquilo que gostávamos de saber é quais é que são os projetos e quais é que são as soluções, e continuamos a não saber quais é que são as possibilidades que temos no curto prazo em 2017, em 2018 de tirar partido daquela riqueza e daquele património. Será que era possível fazer melhor relativamente à Costa da Caparica? Pensamos que era possível fazer melhor, claro que há aspetos complicados, há aspetos do passado que não são fáceis de ultrapassar, mas é possível fazer melhor. E uma atitude que se tem que ter relativamente à Costa, é uma atitude de procura de soluções para resolver os problemas de forma consistente e continuada e isso nós não temos visto. E nas intervenções da reunião de hoje comprovámos isso nomeadamente.

O PS já há cerca de dois anos, há quase dois anos numa perspetiva construtiva tentou identificar um conjunto de projetos que deveriam na sua perspetiva ser priorizados, não por resolverem os problemas



todos do Concelho, mas por resolverem alguns problemas do Concelho e por poderem ser um sinal. Isso sinalizou quatro projetos. Um dos projetos tinha a ver com a resposta a dar às crianças e jovens do Concelho de Almada durante os períodos de pausa letiva. Foi feita alguma coisa, e se nós lermos o Plano de Atividades e Orçamento vemos que há uma inscrição nesse sentido. O que eu pergunto é, é suficiente? Não é suficiente e porquê? Por uma razão muito simples, porque quando nós queremos diferenciar positivamente as crianças provenientes de contextos habitacionais, sociais e contextos familiares mais desfavorecidos nós sabemos que essas crianças são daquelas que mais dificilmente podem ser abrangidas por iniciativas de caráter associativo e local, é preciso que a Câmara tome a iniciativa, portanto não basta que a Câmara apoie as iniciativas nessa área, é preciso que a Câmara apoie as iniciativas e quando elas não existem seja a atividade promotora. Como aliás fez no passado relativamente às atividades de enriquecimento curricular, e fez bem. Porque no passado, numa primeira fase a Câmara Municipal de Almada rejeitou a participação, não de forma muito vincada, mas que tinha dúvida relativamente à participação nas atividades de enriquecimento curricular, e depois desenvolveu uma abordagem que eu penso que foi uma abordagem inteligente e que resolver os problemas que foi, a Câmara Municipal não se assume como uma entidade promotora a não ser que em determinadas zonas do Concelho, não haja outra alternativa e eu penso que esta deve ser a atitude relativamente também à questão das pausas escolares. Quando há situações em que os problemas das crianças, das famílias nas zonas mais deprimidas do Concelho não são resolvidos pelo apoio e pela mobilização da iniciativa local, das associações de pais ou outras, aí a Câmara tem de assumir o papel de ser entidade organizadora e de garantir que o apoio é prestado, porque as crianças que são de bairros problemáticos, de zonas mais pobres têm obviamente necessidade acrescida de um enquadramento durante os períodos de pausas letivas por razões de segurança, por razões de alimentação e por aí fora, e também por necessidade de enquadramento útil em termos educativos. Portanto é possível fazer mais e nós não abdicamos de poder contribuir com sugestões e com reivindicações nesse sentido. O equipamento da Costa. É claro que há dificuldades, quando nós intervimos nestas matérias, há sempre dificuldades, mas vamos lá ver. Quando a questão se colocou, quando o projeto foi pela primeira vez referido, nós tínhamos a perspetiva de ter um ano que era o ano 2016 para o projeto e um ano 2017 para a obra. Vá lá, um ano 2017 para o início da obra. Não temos essa possibilidade e portanto consideramos que foi insuficiente o empenho colocado no prosseguimento deste projeto e achamos que devia ter sido feito melhor.

Orçamento Participativo, participação dos cidadãos, transparência. Relativamente ao Orçamento Participativo Jovem ainda com um atraso assinalável, parece que há perspetivas de durante o ano de 2017 ele ser implementado. Positivo, mas não chega, é possível o Município tem instrumentos, tem condições para potenciar a participação dos cidadãos e reforçar a sua participação na vida municipal escolhendo projetos, propondo projetos e contribuindo por essa via de forma ativa para a vida do Concelho e ao mesmo tempo reforçando a democracia, juntando aos mecanismos formais de



participação que são muito importantes os instrumentos de participação direta que também têm o seu espaço e cada vez são mais necessários.

Depois relativamente a um aspeto que é crucial para áreas vastíssimas do nosso Concelho que é a rede viária. Foram dados alguns passos, assinalam-se mas não são suficientes. E portanto também achamos que é possível fazer melhor. E essa é a perspetiva que nós temos relativamente ao orçamento, era possível fazer melhor e como era possível fazer melhor nós entendemos que não é possível dar o voto positivo ao orçamento e ao plano de atividades e portanto vamo-nos abster, sendo essa a opção mais adequada perante a existência de um conjunto de fatores que apesar de tudo revelam o esforço da Câmara, mas há o facto também de não ser suficiente, não ser satisfatório e ser possível fazer melhor.”

6.2.2.17 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara, a Bancada diz, se o Sr. Presidente ainda precisar de tempo eventualmente pode servir-se do tempo excedente da CDU.

Esta discussão fez-me pensar que é uma discussão entre PS e PSD em que se anulam um ao outro. Perguntam porque é que não se faz nada no Ginjal. Há constrangimentos, há dificuldades, comparam com a zona ribeirinha de Lisboa, a diferença é que a zona ribeirinha de Lisboa são terrenos públicos, o Ginjal são terrenos privados.

Depois o Sr. Deputado Nuno Matias faz aqui uma preleção e de facto eu acho que, e também para ser muito curta, acho e presumo que nem os eleitores, nem muitos militantes do PSD se revêm na configuração e no retrato que o Sr. Deputado faz sobre o Concelho. A verdade pode não haver tanta criação de empresas e de emprego no Concelho de Almada, mas não é responsável pela destruição do emprego como aconteceu no Governo do PSD, que não só destruiu emprego como fez que se encerrasse empresas, deslocalizasse empresas, criasse constrangimentos num plano social e económico ao País em que estamos na desgraça em que estamos ainda e que apesar de tudo não temos um Governo, nem hoje, atualmente que queira romper com constrangimentos para que efetivamente a qualidade de vida das pessoas, dos trabalhadores, dos reformados seja no sentido de ir mais além daquilo que foi conseguido com tanto esforço e com tantas propostas. Ou seja, pensamos que teoria é uma coisa, depois na prática é outra, e portanto nós relativamente às questões do nosso Concelho queremos dizer que o que estamos a analisar é um programa e opções de trabalho que teve como fundamento uma coisa muito simples, um programa que foi sufragado pelos almadenses. E o que é preciso perceber é se esse programa está a ser cumprido ou não.

Balanços de trabalho mais à frente, a não ser que queira iniciar-se uma proposta já de programas eleitorais com vista às próximas eleições e aí toda a gente tem essa liberdade de o fazer.

Finalmente Sr. Presidente, cremos que há novidades neste programa e neste plano. Já agora, permite-me a Sr.^a Deputada Odete Alexandre, não viu a continuação do trabalho, não foi retirado a criação do transporte da saúde para a saúde, está lá. E também uma novidade, já agora, também pontualmente é



a realização no primeiro trimestre de um Seminário, de um encontro para debater as questões da mobilidade, as questões dos transportes públicos e também é uma novidade. E portanto o que nos importa aqui referir e subscrevendo, e reafirmando por falta não de tempo mas por respeito ao tempo que já estamos aqui, a intervenção do Deputado Carlos Revés enquadra o sentido de voto, e pensamos que uma coisa, se há repetições de matérias que aparecem sistematicamente, não como copy paste, mas como pessoas que estão na atividade política não para esconder e pôr debaixo do tapete aquilo que não se conseguiu, mas para reafirmar a vontade de prosseguir até atingir os objetivos programáticos.”

6.2.2.18 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para referir duas coisas. Não é possível nem há nenhum programa que seja limitado à apresentação dos dossiers com aquilo que se propõe fazer acompanhado com a verba e acompanhado com calendarização, e acompanhado com a data de execução. Se os Srs. conhecem alguma Autarquia, algum Governo ou alguma Freguesia ou alguma Associação de Coletividade de Cultura e Recreio, não sei se já exerceram funções nestes cargos, em que tenham funções executivas e apresentem programas com estas características, gostava que apresentassem que eu aceitaria e era um ensinamento enorme para mim, e de certeza para todos nós. Isto é, que um programa de um órgão com estas características fosse definido tal como os Srs. aqui apresentaram. Sabem perfeitamente que isso não é verdade, sabem perfeitamente que a manifestação da intenção tem uma força política e um interesse político que os Srs. depois querem desfazer, até com o grave inconveniente se quer que lhe diga, que é desacreditar o Concelho, o Concelho que dizem tanto gostarem, perante os potenciais investidores. Foi o que os Srs. ali foram fazer, foram dizer, é pá não acreditem nada nestes tipos, porque não vai haver nada. É assim. Foi o que o Sr. ali foi fazer, foi esse favor que fez ao Concelho de Almada. Foi dizer para a televisão, a quem está a ouvir lá em casa, desenganem-se, não vai haver Parque Tecnológico, estes tipos estão a enganá-los. E Almada deve-lhe estar muito agradecida por aquilo que veio aqui dizer. Nós não temos intenção de enganar ninguém. Volto a dizer, a grande questão da ligação ao Rio, os Srs. sabem perfeitamente qual é e sabem também que há muito tempo foram incapazes de resolver um problema que faz com que ali a Margueira tenha gente interessada e que não consigam fazer com que a coisa ande. Foi o seu Governo, o Governo do seu Partido, ainda era Deputado nessa altura, mas parece-me que sim. E sabe perfeitamente isso. Era um programa fantástico, podia não ter calendário, podia não ter essas coisas todas que aqui o Sr. veio dizer, nem cronograma, mas era tão fácil juntar a APA, a Administração do Porto de Lisboa, tomarem coragem política e resolverem um problema para se dizer, isto está em condições de andar, venham os promotores, estamos em condições de falar com os grandes investidores, e tínhamos a ligação ao Rio. Fantástico. Faltou-lhe qualquer coisa no cronograma. Lamento que tenham perdido 40 anos para dizer uma coisa destas.



Questões de participação. Nós estivemos num Congresso aberto. Eu não vi lá muita certa gente, não vi lá muita gente suficientemente tempo para ouvir e para participar. E, sim senhor, podemos sempre fazer melhor, mas melhor começa logo em nós mesmos, na nossa própria disponibilidade para as pequenas coisas. E é por aí que as coisas começam. Porque tribuna é sempre possível ter. Mas lá naquele sítio sentadinhos, que não chega a ser tribuna, estamos sentados, falamos de igual para igual com os outros, também precisamos de lá estar e era isso que eu gostava que nós pudéssemos ter presente na construção dessa sociedade mais participativa, mais democrática, mais enraizada. Todos podemos fazer qualquer coisa sobre isto. Podemos sempre fazer melhor, fazendo nós logo a nossa parte. Agora é sempre possível fazer melhor e dizendo que é possível fazer melhor podemos destruir tudo o que de bom foi feito até esse dia. Fazendo acreditar naquilo de bom que fizemos. É preciso moralizar, é preciso dar moral, é preciso que as pessoas acreditem na democracia efetivamente, para que não haja populistas e oportunistas que depois se aproveitem da nossa desmoralização, ou da desmoralização que nós induzimos nas pessoas.”

6.2.2.19 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De forma muito telegráfica, mas porque há questões que não podem deixar de merecer resposta.

Em primeiro lugar porque nós não estamos a dar nenhum mau exemplo para a televisão, nós estamos a exigir que se criem soluções para que quem vê estes debates perceba que se está a trabalhar com um objetivo concreto e com um calendário concreto. E Sr. Presidente pode achar que não há exemplos comparados, mas não são assim tão poucos. Não faltam Autarquias, não faltam organismos privados ou públicos quando querem investir definem um projeto de investimento com um calendário de execução. Não é muito difícil de encontrar, não é mesmo nada difícil de encontrar e portanto eu diria que o mau exemplo é dizer para a televisão que nós não podemos fazer aquilo que é a melhor prática de um projeto de investimento, seja lá onde for, seja no sector público, seja no sector privado. E Sr. Presidente, deixe-me também lhe dizer e também a resposta àquilo que ouvi aqui há pouco de outra Bancada, é que acusava-se, bom, mas vem-se aqui propor uma coisa quando depois a nível nacional os nossos Governos destruíram emprego, destruíram riqueza. Bom, contra a força das palavras há a força dos factos. O que é certo é que há aqui um conjunto de Grupos Municipais que indiretamente acabam por estar a apoiar um Governo que deixa o País a crescer menos, menos do que cresceu o ano anterior. E portanto Sr. Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados Municipais, não há mais destruição do que tentar mistificar aquilo que são factos. Em 2015 Portugal cresceu 1.6% do PIB, aquilo que é verdade é que em 2016 com esta grande formula espetacular de desenvolvimento vamos crescer com boa vontade 1.2. Eu que ainda percebo alguma coisa de matemática acho que 1.2 é menor do que 1.6. E portanto sobre destruição de riqueza e destruição de emprego poderíamos falar muito nas causas e na forma como aqui chegámos. Mas deixe-me só para acabar, falar em participação. Eu sei que não era para mim, porque nas duas edições do Congresso Almada eu tive uma participação ativa numa delas, fiz uma apresentação, como sabe, e tive ocasião de estar presente. E na outra, nesta edição estive no



Pragal também com todo o gosto a participar, apesar de achar que o Congresso Almada devia ser repensado, mas é uma iniciativa meritória e apesar disso não vamos entrar por aí. Mas para terminar, dizer-lhe Sr. Presidente que não há maior participação do que ver uma boa ideia depois ser executada, e Sr. Presidente aquilo que continuamos a reafirmar este documento não o faz e devia fazer, é transformar algumas boas ideias que até estão no documento em capacidade de as executar e aquilo que também é verdade e os factos demonstram, é que quando nós perguntamos, sim Senhor digam-nos lá factos, digam-nos lá quanto, quando, como, às vezes a resposta não é assim tão objetiva quanto a pergunta.”

6.2.2.20 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu lamento que os Srs. só dois ou três anos depois é que discutam a virtude das nossas propostas. Desculpem, mas não tenho outra coisa para lhe dizer.”

6.2.2.21 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, é apenas para dar a indicação que o CDS-PP vai votar contra o Orçamento.”

6.2.3 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

6.2.3.1 – A Proposta Nº 209/XI-4º, que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD e CDS) e doze abstenções (de eleito do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e BE), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do estipulado nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano do Município e o Orçamento do Município para o ano de 2017, com o valor global de 86.455.648.78 Euros, e respetivos anexos, nos precisos termos das deliberações da Câmara Municipal de 28 de outubro e 16 de novembro de 2016.

6.2.3.2 – A Proposta Nº 210/XI-4º, que foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD e CDS) e doze abstenções (de eleito do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e BE), através da seguinte deliberação:

Deliberação



A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais de Almada para 2017, com um total de 1977 postos de trabalho preenchidos e por preencher, nos precisos termos das deliberações da Câmara Municipal de 28 outubro de 2016.

6.2.3.3 – A Proposta Nº 211/XI-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e onze abstenções (de eleitos do PS inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do inscrito nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada e o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS para o ano de 2017, com o valor global de 29.753.918,72 Euros, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2016.

6.2.3.4 – A Proposta Nº 212/XI-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e onze abstenções (de eleitos do PS inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para 2017, com um total de 552 postos de trabalho, preenchidos e a preencher, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 28 de outubro de 2016.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 216/XI-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 28/10/2016, sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017”, (Conforme Anexo XXXIV).

6.3.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



A proposta foi distribuída, é uma boa notícia a possibilidade de poder aplicar esta taxa, que a partir do final do ano passado deixou de recair sobre os cidadãos. Pensamos que é justo a possibilidade de a podermos aplicar, essa decisão ficou esclarecida e consolidada já com o atual Governo e vamos avançar com a aplicação da taxa que já devia ter acontecido há mais tempo, assim queiram os Srs. Deputados.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 216/XI-4º, que foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, BE, CDS-PP e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que a Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual versão, estabelece no artigo 106º o direito dos municípios de estabelecerem uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) determinando no nº 3, do referido artigo os princípios a que deve obedecer:

- a) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;**
- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25/prct..**

Considerando também a determinação do nº 4 do referido artigo 106º de que:

Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.

Assim a taxa aplicada pelos municípios é da responsabilidade das empresas não podendo repercutir-se nas faturas dos cidadãos utentes/consumidores finais.

Considerando a proposta da Câmara Municipal apresentada para deliberação da Assembleia Municipal.

Pelo exposto a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, alínea b), do anexo I, a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e em consideração do estipulado no artigo 106º, do Decreto-Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, aprova a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando o respetivo valor em 0,25/prct. sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo,



para todos os clientes finais do município, e cujo pagamento é da exclusiva responsabilidade dessas empresas.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 217/XI-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 28/10/2016, sobre “Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica”, (**Conforme Anexo XXXV**).

6.4.1 – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Trata-se de um importante documento que se coloca à deliberação da Assembleia. Plano de Pormenor Terciário da Charneca de Caparica, uma área que se tornou necessário e importante há muito tempo. Como sabem houve uma intervenção de organização urbanística e que agora se tornou possível passados todos os passos que é necessário dar para que estas coisas se concretizem. Portanto, será uma boa notícia para a Charneca se for aprovado.”

6.4.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Pedro Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É muito curto e tem a ver apenas com uma dúvida que se nos coloca, e Sr. Presidente pode-nos elucidar se está previsto, eu confesso acompanhei e é um processo que já dura há alguns anos, se está previsto alguma requalificação em algum edificado que já existe naquela zona e se isso resulta nalguma situação onde seja necessário realojar eventualmente a população. Era só para sabermos, que confesso que não tenho essa informação.”

6.4.2.2 – O Sr. Deputados Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito breve, sobre este assunto. O Partido Socialista vê com bom grado a viabilização deste Centro Terciário da Charneca de Caparica. Será um espaço importante de dinamização também daquela Freguesia, que é uma Freguesia grande em termos territoriais, cada vez maior em termos populacionais, portanto vê-se com bons olhos. No entanto eu participei no debate público da Charneca e a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal e houve um conjunto de Fregueses e Municípes que residem e que tiveram muitas duvidas relativamente e o Município não foi muito esclarecedor relativamente às questões de uma possível expropriação ou de um realojamento novo e dando capacidade de explicar isso e as pessoas ficaram muito desconfiadas com isso. Espero que este processo decorra com alguma normalidade, porque é importante para as pessoas, é importante para o projeto que as coisas funcionem com este registo. Iremos acompanhar de forma atenta a evolução de todo o plano entre as pessoas e o projeto.”

6.4.2.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Obrigado pelas questões. A questão de que havia alguma inquietação de algumas pessoas relacionadas com isso, alguns problemas dessa natureza estão resolvidos. As pessoas sabem e é a informação que temos sobre essa matéria. São casas muito residuais, mas independentemente de residuais são pessoas, nem que fosse uma, seria sempre importante. Mas aquilo que nos é transmitido é que há consenso e aceitação sobre a solução encontrada para o caso deles. Vamos acompanhar e procurar fazer o melhor na concretização, claro.”

6.4.3 – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 217/XI-4º, que foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD), através da seguinte deliberação:

Deliberação

O Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica representa o culminar de um longo processo de elaboração e concertação, que teve o seu início na reunião de Câmara de 16/09/1999, com a decisão municipal de elaboração do Plano de Pormenor com o objetivo de desenvolvimento de um centro urbano, de consolidação das áreas habitacionais não estruturadas da Charneca de Caparica, dotando-as de equipamentos e serviços direcionados para a oportunidade de emprego e desenvolvimento económico e de requalificação ambiental e urbana, pela dimensão e qualidade dos espaços públicos e dos equipamentos.

O Plano de Pormenor do Centro Terciário da Charneca de Caparica, constitui o instrumento de planeamento territorial que tem assim por objeto a definição da organização espacial e das regras a que deve obedecer a ocupação uso e a transformação do solo e ainda definir as normas de gestão urbanística.

A área de intervenção do Plano integra-se na UNOP 10 – Charneca, de acordo com o art.º 61º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Almada (PDMA), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 5/1997, de 14 de janeiro de 1997, publicado na I Série B, do Diário da República nº 11, em 14 de janeiro de 1997, sendo definida pelos seguintes limites:

Norte – Prolongamento para Nascente da rua Carlos Vallenstein, inflexão para Sul pela rua Oliveira Feijão (antiga EN 377), nova inflexão para Nascente pela rua das Pinhas/rua Azinhal Abelho/rua de Vale Rosal, Nascente – IC32/A33, Sul – rua Florbela Espanca, infletindo ligeiramente para Norte ao longo da rua Oliveira Feijão e para Poente pela rua da Alagoa e a Poente – rua 25 de Abril, infletindo pela rua Canal do Poço até à rua da Eira, junto ao reservatório do Cassapo inflete para Nascente até à rua 25 de Abril.

Considerando que a proposta de Plano de Pormenor do Centro Terciário da Charneca de Caparica submetido pela Câmara Municipal à apreciação da Assembleia Municipal refere que:



A elaboração do plano foi suportada por um alargado processo de participação pública, com a realização de sessões de apresentação à população e atores institucionais e políticos.

O plano foi submetido a Conferência de Serviços, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

O período de discussão pública decorreu entre o dia 10 de julho de 2015 e 12 de novembro de 2015, com a duração de 90 dias úteis.

Foi disponibilizada a consulta dos documentos integrantes do Plano.

Nos termos do RJIGT em vigor à data, procedeu-se à análise técnica e ponderação de todas as participações recebidas, tendo sido dada resposta fundamentada a todas as participações, e compiladas no Relatório de Ponderação da Discussão Pública (RPDP).

Os Serviços competentes da Câmara ponderaram as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, nos termos do disposto no nº 5, do art.º 77º, do RJIGT em vigor à data, e que se encontram consubstanciados no relatório de ponderação do período de discussão pública.

Simultaneamente ao Período de Participação Pública, decorreu o período de concertação, tendo sido dado cumprimento aos aspetos constantes dos pareceres emitidos em sede de Conferência de Serviços.

As questões pertinentes, resultantes das fases de concertação e de discussão pública, encontram-se contempladas na Proposta de Plano.

Todos os procedimentos foram efetuados em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o RJIGT em vigor à data, publicado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 181/2009, de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 2/2011, de 6 de janeiro.

Pelo que nos termos e para os efeitos do previsto no nº 1, artigo 79º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 181/2009, de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 2/2011, de 6 de janeiro, e ao abrigo da alínea h), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I a que se refere o nº 2, do artigo 1º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprovou o Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica – Almada, nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 19 de novembro de 2016.

7 – Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa



Martins; Francisca Luís Baptista Parreira; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Ivan da Costa Gonçalves e António José Pinho Gaspar Neves.

9 - Foi verificada a presença na Reunião de Sr.^{as} Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e dos Jornalistas Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, Humberto Lameiras e TV Almada, e de vinte e três Srs. Munícipes.

10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 01H46 do dia 1 de dezembro de 2016.

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____